

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**CAROLINE CHAGAS DE ASSIS**

**ASCENSÃO DOS BRICS: UMA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL?**

**Porto Alegre**

**2019**

**CAROLINE CHAGAS DE ASSIS**

**ASCENSÃO DOS BRICS: UMA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2019**

### CIP - Catalogação na Publicação

Chagas de Assis, Caroline  
ASCENSÃO DOS BRICS: UMA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL? /  
Caroline Chagas de Assis. -- 2019.  
82 f.  
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência  
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. BRICS. 2. Ordem Internacional. 3. Relações  
centro-periferia. I. Danilevicz Pereira, Analúcia,  
orient. II. Título.

**CAROLINE CHAGAS DE ASSIS**

**ASCENSÃO DOS BRICS: UMA NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro

UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Granato

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a CAPES, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política que durante dois anos financiaram minha dedicação exclusiva para a realização do presente trabalho. Agradeço profundamente também a professora Analúcia Pereira cuja orientação foi fundamental para a realização do presente trabalho e para minha formação acadêmica. Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS agradeço pelos debates e provocações que influenciaram minha trajetória acadêmica e contribuíram para a maturação das minhas ideias. Aos colegas do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), agradeço pelas trocas de experiência, companheirismo e trabalho em equipe. A equipe da secretaria do programa agradeço pelo comprometimento e pela eficiência em me orientar nos trâmites burocráticos da universidade. Dedico a concretização desse trabalho a minha família, meus pais, Márcia e Caetano Assis, meu companheiro, Alan Prado, e a meu irmão, Samuel Assis, cujo apoio e companheirismo foram a base sólida necessária para que eu pudesse alcançar meus objetivos profissionais. Aos meus demais familiares que aguentaram os debates intermináveis sobre política e geopolítica, obrigada pela paciência e pela compreensão com as minhas faltas aos eventos familiares. As colegas e amigas Josiane Sarti, Bruna Rohr, Amanda Fontaneli, Gabriela Pedrassani, Camila Kowalski, Rafaela Serpa, Steici Santos e Giovanna Barriviera cujo apoio, debates e discussões durante o período da pós-graduação foram extremamente importantes para a concretização das minhas ideias nesse trabalho, expresso aqui minha profunda gratidão.

*If you want to build houses, you need more than one BRIC.*

Maite Nkoana-Mashabane, Ministra das Relações Exteriores da África do Sul para China  
Daily, 27 de fevereiro de 2010.

## RESUMO

A criação da sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) se deu com base em um estudo sobre mercados emergentes. Aproveitando-se de uma conjuntura caracterizada pela crise no centro hegemônico de poder a Cúpula dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) tornou-se algo muito mais profundo que uma simples aproximação de mercados. Seus membros, apesar de terem históricos, culturas e sociedades muito diferentes, tinham interesses comuns baseados na Cooperação Sul-Sul, no desenvolvimento e na multilateralidade que permitiram ao grupo formar um bloco que passou a constituir um novo projeto de sistema internacional. Assim, o presente trabalho tem por objetivo entender como se deu a ascensão internacional dos BRICS entendendo esse fenômeno como um processo de longo prazo, inserido em um contexto internacional de crise. Para isso, utilizaremos o método do materialismo histórico, analisando qualitativamente as relações políticas e socioeconômicas que configuram as relações centro-periferia que foram construídas historicamente. A base teórica utilizada para compreender a relação dos BRICS com o sistema internacional é a teoria do sistema-mundo. O trabalho será dividido em três capítulos, nos quais serão abordados primeiramente as relações internacionais e o papel dos BRICS no século XXI; em seguida a conformação dos BRICS e suas relações entre si; por fim, falaremos sobre as relações políticas internas dos países, ressaltando os conflitos de interesses dos grupos sociais que congregam os países do grupo. Concluiremos que a criação do grupo configurou uma nova possibilidade de organização do sistema internacional que afetou diretamente o *status quo* o que gerou reações do centro hegemônico.

**Palavras-chave:** BRICS. Ordem Internacional. Relações centro-periferia.

## **ABSTRACT**

The creation of the BRIC (Brazil, Russia, India and China) was based on a study of emerging markets. Taking advantage of a situation characterized by the crisis in the hegemonic center of power, the BRICS Summit (Brazil, Russia, India, China and South Africa) became something much deeper than a simple market approach. Its members, despite having very different histories, cultures and societies, had common interests based on South-South Cooperation, development and multilateralism, which enabled the group to form a bloc that became a new international system project. Thus, the present work aims to understand how the international rise of the BRICS took place as a long-term process, inserted in an international context of crisis. For this, we will use the method of historical materialism, analyzing qualitatively the political and socioeconomic relations that shape the center-periphery relations that were built historically. The theoretical basis used to understand the BRICS relationship with the international system is the world-system theory. The work will be divided into three chapters, which will address first international relations and the role of BRICS in the 21st century; then the conformation of the BRICS and their relations with each other; Finally, we will talk about the internal political relations of the countries, highlighting the conflicts of interests of the social groups that congregate the countries of the group. We conclude that the creation of the group set up a new possibility of organization of the international system that directly affected the status quo, which generated reactions of the hegemonic center.

**Keywords:** BRICS. International Order. World System Analysis

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – A iniciativa da Nova Rota da Seda

Mapa 2 – Mapa energético do Golfo da Guiné (2009)

Mapa 3 – Área do Pré-Sal Brasileiro

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Crescimento anual do PIB (em %)

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Comércio de manufaturas entre os BRICS

Tabela 2 – Dados selecionados de comércio de mercadorias

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas
BASIC	– Brasil, África do Sul, Índia e China
BM	– Banco Mundial
BRIC	– Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS	– Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CSNU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSS	– Cooperação Sul-Sul
FMI	– Fundo Monetário Internacional
G3	– Brasil, Índia e África do Sul
G7	– Grupo dos Sete
G20	– Grupo das Vinte Economias mais desenvolvidas
G77	– Grupo dos 77 países em desenvolvimento
IBAS	– Índia, Brasil e África do Sul
MRE	– Ministério das Relações Exteriores
NBD	– Novo Banco de Desenvolvimento
OBOR	– Projeto <i>One Belt One Road</i>
OCDE	– Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCX	– Organização da Cooperação de Xangai
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONG	– Organização Não-Governamental
PIB	– Produto Interno Bruto
RIC	– Rússia, Índia e China

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 ANÁLISE DO CONTEXTO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Teoria do Sistema-Mundo.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Ordem do Sistema Internacional Pós Guerra-Fria .....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Política dos Estados Unidos e a Crise Econômica de 2008.....</b>	<b>26</b>
<b>3 ASCENSÃO DOS BRICS: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 Contexto Histórico e Interesses Estratégicos.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 A Institucionalização dos BRICS. ....</b>	<b>34</b>
<b>3.3 Elementos Constitutivos dos BRICS e a Nova Proposta de Ordem Internacional:     Cooperação Sul-Sul, Desenvolvimento e Multilateralismo. ....</b>	<b>42</b>
<b>4 CONTENÇÃO DOS BRICS: REAÇÃO DO CENTRO HEGEMÔNICO? .....</b>	<b>48</b>
<b>4.1 Conjuntura Política do Brasil.....</b>	<b>48</b>
<b>4.2 Conjuntura Política da Rússia.....</b>	<b>53</b>
<b>4.3 Conjuntura Política da Índia .....</b>	<b>57</b>
<b>4.4 Conjuntura Política da China.....</b>	<b>61</b>
<b>4.5 Conjuntura Política da África do Sul .....</b>	<b>67</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os BRICS são um grupo político que surgiu no século XXI de forma um pouco inusitada. A denominação BRIC partiu de um estudo sobre mercados emergentes lançado pelo banco de investimento *Goldman Sachs* sob responsabilidade do economista Jim O'Neill. Esses estudos consistiam em uma análise do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e apontavam para o fato de Brasil, Rússia, Índia e China serem os países que poderiam gerar rentabilidade para investimentos em um futuro próximo (O'NEILL, 2001). Na década seguinte, os investidores que seguiram os conselhos do banco tiveram suas expectativas concretizadas, uma vez que os BRIC apresentaram porcentagens de crescimento importantes ao mesmo tempo em que os países do centro hegemônico, como os Estados Unidos e países europeus, entravam em uma grande crise financeira, a maior desde 1929 (FONSECA JUNIOR, 2014). A partir do sucesso econômico dos BRIC, os grupos de investimentos inundaram livros e relatórios de previsões de siglas, mas nenhuma teria a marca do BRIC. Isso porque diferente do que poderiam prever os bancos de investimentos dos Estados Unidos, os países dos BRIC aproveitaram a sonoridade da sigla (do inglês *bricks* significa tijolos) para começar uma articulação política, econômica e geopolítica, formando a partir de 2009 o bloco dos BRIC.

Esse grupo<sup>1</sup> tinha como objetivo uma articulação que permitisse a construção de uma ordem internacional multipolar (SENNES, 2013). Isso logo fica claro, principalmente quando, em 2011, a África do Sul ingressa no grupo, e marca uma representação do bloco em todos os continentes do mundo, ressaltando os interesses geopolíticos do grupo e dando origem à sigla BRICS.

Em poucos anos, os BRICS passaram a intensificar seus laços políticos, econômicos, geoestratégicos e inclusive institucionais. Um exemplo dessa rápida aproximação econômica foi em 2014 quando o grupo cria um banco de investimentos em infraestrutura e um arranjo de reservas que visavam fazer a rearticulação do sistema financeiro internacional. Além disso, inauguraram dois diretórios regionais, um na África do Sul (2014) e outro no Brasil (2018). Do ponto de vista da convergência política, as reuniões do grupo passaram a abranger um número cada vez maior de questões: para efeitos comparativos, a reunião de cúpula dos

---

<sup>1</sup> No percurso do trabalho utilizaremos a palavra grupo ou bloco como sinônimos, no entanto, é importante ressaltar que os BRICS não são e nem se pretendem ser um bloco político-econômico ou mesmo estratégico como se propõem os blocos regionais existentes na atualidade. A ideia do grupo, como ficará claro ao analisar suas políticas, não tem por finalidade apresentar uma convergência estrita e institucionalizada como a palavra bloco costuma denotar, mas sim uma articulação de políticas e geoestratégias de inserção no sistema internacional.

BRICS de 2010, contava com 02 reuniões ministeriais e 08 encontros setoriais, já na cúpula de 2018, houve formalmente 16 reuniões ministeriais e 56 encontros setoriais. Ademais, um número cada vez maior de observadores passou a participar das reuniões. Em 2011, a África do Sul tomou a iniciativa de convocar lideranças regionais para debates paralelos ao encontro do BRICS, iniciativa essa que passou a ser replicada nas demais cúpulas. Já a China introduziu a ideia do *BRICS Plus* em 2017, que consistia na convocação de economias emergentes além das lideranças regionais para participar dos debates paralelos à cúpula. Assim, em 2018 um total de 23 países entre lideranças regionais e economias emergentes foram chamadas para diálogos paralelos à Cúpula dos BRICS.

Dessa forma, o presente trabalho busca entender como se deu a ascensão internacional dos BRICS. Para isso, utilizaremos da metodologia do materialismo histórico. Para Halliday (1999) o materialismo histórico é uma metodologia abrangente que tem quatro elementos constitutivos para explicar direta ou indiretamente o objeto: o primeiro é a determinação “material” ou socioeconômica; o segundo elemento é a construção histórica; o terceiro é a centralidade das classes como atores da política nacional e internacional; por fim, o quarto elemento é identificar o conflito entre classes e as possibilidades de mudança, ou seja, de revolucionar o sistema. Dessa forma, utilizando a metodologia do materialismo histórico pesquisaremos historicamente as condições de origem e de reprodução das relações centro-periferia que permitiram a ascensão dos BRICS analisando as forças e interesses embutidos nesse processo. Uma das teorias de relações internacionais que utiliza a metodologia do materialismo histórico é a teoria do sistema mundo. A escolha por esta corrente teórica justifica-se porque ela considera elementos tanto geopolíticos como socioeconômicos para entender as relações intercapitalistas.

Para abranger esses quatro elementos de análise do materialismo histórico, a pesquisa utiliza-se de método qualitativo tendo como base o levantamento bibliográfico, que terá quatro temas principais: a) abordagens teóricas sobre o sistema-mundo e as relações de poder entre centro e periferia; b) o levantamento histórico de formação do bloco BRICS, seus objetivos e projetos; c) a crise norte-americana de 2008; d) a estrutura de desenvolvimento e cooperação dos países do BRICS.

O trabalho se justifica pelo fato de que muitos analistas consideram os BRICS um fenômeno que é resultado de um processo de crescimento econômico e que, portanto, sua manutenção dependeria da capacidade do bloco de estabelecer laços institucionais que forçassem a convergência dos atores em temas específicos da esfera internacional.

Dividiremos essas análises em dois grupos: um grupo de céticos e outro de otimistas<sup>2</sup>. O grupo de céticos é caracterizado por um certo pessimismo em relação aos BRICS, muito reforçam que as expectativas em relação a institucionalização do grupo como um bloco econômico estão fadados ao fracasso, reforçando as divergências sociais, culturais e históricas dos membros. No entanto, após dez anos de fundação do grupo, o que se observa é que mesmo com todas as diversidades, suas relações seguem se intensificando paulatinamente, apesar de elas não buscarem efetivamente uma institucionalização. Por outro lado, há também os autores que consideraremos otimistas, para os quais os BRICS eram vistos como países que tinham crescimento sólido e com grande possibilidade de alcançar maior poder no sistema. Nesse sentido, é preciso analisar com mais cuidado, pois houve pouco sucesso nas principais iniciativas de reforma do sistema internacional promovidas pelos BRICS, como da tentativa de reformulação das cotas do Fundo Monetário Internacional e da seleção de dirigentes do Banco Mundial, ou nas reformas políticas do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Além disso, fortes crises econômicas e políticas têm afetado os BRICS a partir da segunda década do século XXI, o que trás dúvidas sobre a capacidade de manutenção dos projetos iniciais do grupo. Tais fatos mostram que a esfera econômica é muito restrita para explicar o significado geopolítico do bloco, trazendo a luz a necessidade de uma visão mais ampla do contexto internacional para explicar o surgimento, a manutenção e os possíveis retrocessos dos BRICS.

Dessa forma, o trabalho se concentra em duas hipóteses. A primeira hipótese está relacionada ao fato de que a hegemonia americana vem apresentando sinais de crise. Esses sinais, no entanto, não representam exatamente o fim dessa hegemonia, mas abrem espaço para que novos atores se apresentem como lideranças, propondo novas soluções para problemas internacionais. A segunda hipótese está mais associada ao projeto de poder dos BRICS. Sua proposta estaria baseada na “coexistência pacífica”, na qual não se buscariam o enfrentamento direto com as grandes potências centrais, em especial os Estados Unidos, mas a partir do fortalecimento das estruturas do Estado para o desenvolvimento com base na Cooperação Sul-Sul e na multilateralidade. A ideia do grupo é que o desenvolvimento é beneficiado pelo fortalecimento do sistema multipolar, que garante a esses países maior protagonismo nas decisões políticas do sistema internacional, para isso eles utilizariam desses

---

<sup>2</sup> Nos livros (FUNAG, 2013) e (FUNAG, 2015) constam uma série de compilado de artigos produzidos por acadêmicos de todos os países do BRICS. Analisando esses artigos, é possível identificar os autores (SENNES, 2013), (SILVA, 2013), (DAMICO, 2015), (SAHNI, 2013) como exemplo de céticos em relação aos BRICS, ao passo que identifica-se os autores (PIMENTEL, 2015), (ABDENUR; FOLLY, 2015) como exemplo de otimistas. Os céticos, no entanto, são mais numerosos entre os analistas.

dois instrumentos, a cooperação Sul-Sul e a multilateralidade. No entanto, é importante ter em conta que isso exige a reorganização da estrutura de poder, o que gera efeitos reativos por parte do centro hegemônico.

Podemos dividir o trabalho, então, em três capítulos após a presente introdução. No primeiro capítulo, abordaremos o modelo teórico a ser utilizado na pesquisa, a teoria do sistema-mundo, o contexto internacional pós-Guerra Fria e a posição dos Estados Unidos seguido da crise financeira de 2008 marcando o contexto internacional que foi pano de fundo do surgimento do bloco dos BRICS. O segundo capítulo tem por objetivo entender a ascensão dos BRICS a partir dos elementos norteadores que permeiam os documentos produzidos pelo bloco: multilateralismo, cooperação sul-sul e desenvolvimento. Nesse capítulo entenderemos a efetiva institucionalização do BRICS. A terceira parte do presente trabalho tem por objetivo analisar a política externa de cada um dos BRICS para entender quais os impactos da conjuntura internacional na política desses países para o grupo. Por fim, elaboraremos conclusões acompanhadas de uma análise dos dados levantados, entendendo como se deu a ascensão dos BRICS. Nessas considerações finais apresentamos elementos para novas agendas de pesquisa ao identificarmos a articulação de uma reação do centro hegemônico em relação a essa mudança na organização do sistema proposta pelos BRICS.

## 2 ANÁLISE DO CONTEXTO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

O presente capítulo tem por objetivo explicar a teoria a ser utilizada pela autora para explicar a ascensão dos BRICS, não apenas elencando os fundamentos conceituais da teoria a serem utilizados ao longo da dissertação, mas conectando esses componentes com o contexto internacional do século XXI. Assim, pretende-se entender o surgimento dos BRICS como um processo de longo prazo que pôde ser concretizado pela existência de dois elementos de forma simultânea: o primeiro está relacionado à crise no sistema vivida a partir de 2008, na qual os países centrais foram os mais afetados; o segundo elemento foi a vontade política dos próprios BRICS que buscavam uma certa autonomia no sistema.

### 2.1 Teoria do Sistema-Mundo

A teoria do sistema-mundo surge como uma forma de estabelecer uma explicação para a política internacional herdando uma série de elementos de outras agendas de pesquisa das ciências sociais, como o materialismo histórico de Marx, a sociologia histórica de Fernand Braudel, a teoria sobre imperialismo de Lênin e a teoria da dependência de Raul Prebisch, André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso (HOB DEN; JONES, 2017). Nessa vertente teórica, o sistema internacional tem uma dimensão geopolítica e temporal caracterizada pelo ciclo econômico de Kondratieff no qual há uma fase de expansão que é ascendente (fase A), e uma fase de retração que é caracterizada por crises (fase B). O moderno sistema mundial seria caracterizado pelo capitalismo, no qual o centro dinâmico de poder concentra todo o excedente de produção advindo das regiões periféricas (BRAUDEL, 2009).

Analisar um sistema histórico significa fazer uma análise da organização social que se caracteriza pela divisão do trabalho com estruturas de produção integradas, um conjunto de princípios e de instituições que tenham um período de vida definido (WALLERSTEIN, 2002). Assim, na perspectiva do sistema-mundo, o sistema internacional nasce em determinadas circunstâncias, se desenvolve e entra em colapso. Nessa teoria existem dois tipos de sistema-mundiais: o primeiro, chamado de império-mundo regional ou antigo sistema mundial, é caracterizado por um único sistema político que controlava grandes territórios com um sistema produtivo organizado em Estados tributários regionalizados, nos quais há um núcleo que arrecada tributos, ao mesmo tempo em que concede proteção às zonas fronteiriças (WALLERSTEIN, 1974; ARRIGHI, 1994); no segundo tipo, conhecido como economia-

mundo capitalista ou moderno sistema mundial, há uma multiplicidade de sistemas políticos autossuficientes e materialmente sustentados pelo sistema de incessante acumulação capitalista (WALLERSTEIN, 1974; WALLERSTEIN, 2002).

Dessa forma, o moderno sistema mundial depende de três elementos basilares: justificativa ideológica, classe dominante e os Estados Nacionais/Estados Modernos. Devido à necessidade de expansão para acumulação de capital, é possível pressupor que os Estados Modernos, no limite, buscariam formar impérios, ou seja, uma estrutura territorial e política que permita a eliminação da concorrência e a extração dos recursos de forma ilimitada. Porém, esse objetivo é inalcançável e paradoxal, pois, uma vez que o sistema capitalista precisa de constante expansão, se o império fosse formado, a expansão política geraria contradições insustentáveis para a acumulação de capital. A fim de evitar esse problema, o sistema criaria situações de quasi-monopólio que viriam a ser chamadas de hegemonia. Assim, para Wallerstein (2002) as próprias estruturas basilares do capitalismo possuem contradições internas que levam, no longo prazo, a uma bifurcação em meio a uma crise de transição. Nesse processo de bifurcação, alguns elementos basilares se transformariam, dando início a um novo ciclo.

Essa teoria se orienta, então, por um ciclo secular dividido em três níveis de análise. O primeiro nível de análise se dedica à compreensão da gênese do sistema internacional. O segundo, estuda o funcionamento e as contradições do sistema. Por fim, o último nível analisa o acirramento das contradições internas que levam a uma bifurcação do sistema, caracterizada por um longo processo de crise de transição, na qual seria estabelecido um novo nível de equilíbrio do sistema, fundamentalmente diferente do anterior. Essa última fase daria início à gênese de um novo sistema internacional (WALLERSTEIN, 2002).

O que acabamos de descrever como tendências seculares são essencialmente vetores afastando o sistema do seu equilíbrio básico. Toda tendência, se qualificada como porcentagem, se move na direção de uma assíntota. Quando se aproxima dela, já não é mais possível aumentar a porcentagem significativamente, e por isso o processo deixa de ser capaz de assim restaurar os equilíbrios. À medida que o sistema se afasta cada vez mais do equilíbrio, as flutuações se tornam mais controláveis, até ocorrer finalmente uma bifurcação. (WALLERSTEIN, 2002, p. 167)

Nesse sistema, geopoliticamente organizado, há um centro dinâmico de poder e uma periferia. Ambos dependem um do outro para sobreviverem, no entanto, possuem funções diferentes. O centro é caracterizado por uma estrutura social chamada Estado Moderno, que é fortemente organizado e no qual se concentram majoritariamente relações de acumulação de capital. Já a periferia é caracterizada por zonas geográficas mais afastadas do centro, com áreas de fraca organização social, incapazes de manter a acumulação de capital, uma vez que

nessas zonas há uma *extroversão*<sup>3</sup> das matérias primas e a acumulação se destina ao centro. As zonas de periferia não são consideradas Estados-Modernos, pois nessas regiões, ou o Estado não existe (como no caso das colônias) ou o Estado tem um baixo nível de autonomia (situação neocolonial) o que não permite sua função essencial, que é garantir a acumulação (WALLERSTEIN, 1974). A gênese do sistema moderno é o continente europeu, local em que nasceu o capitalismo no século XV, quando se estabelece a primeira hegemonia do sistema, as Províncias Unidas (ARRIGHI, 1994).

Entre esses dois níveis há a semiperiferia, que é um intermediário das relações centro-periferia. A semi-periferia tem um papel fundamental na reprodução do sistema, pois ela está sempre buscando alcançar os parâmetros de acumulação do centro de poder, o que acaba pressionando para que o sistema se mantenha sem mudanças estruturais efetivas (WALLERSTEIN, 1974; WALLERSTEIN; HOPKINGS, 1982; HOBDEN; JONES, 2017). Há entre os autores uma discussão sobre o significado e a classificação da semi-periferia, que para Samir Amin (1978) não é uma categoria válida. O autor argumenta que as regiões que não estavam dentro do sistema capitalista em sua fase inicial acabaram sendo forçadas a aderir ao sistema com o processo de colonização. Esse processo não apenas estimulou a periferização dessas regiões, como também mudou a lógica de funcionamento do sistema capitalista nessas regiões (AMIN, 1978).

O capitalismo se desenvolveu em um processo muito longo e arraigado em uma estrutura social que foi se modificando durante séculos, adaptando as mudanças econômicas à realidade social. Porém, quando a estrutura econômica foi implementada na periferia, ela não tinha uma base social que acompanhasse esse desenvolvimento. Essa desconexão entre base econômica e social fez com que surgisse na periferia um fenômeno que não existe no centro dinâmico, a *extroversão* (AMIN, 1978).

A *extroversão* para Amin (1978) é uma estrutura social e econômica voltada sempre para atender aos interesses externos, vindos do centro de poder. Essa estrutura faz com que mesmo que um país da periferia consiga progredir em termos de crescimento econômico, ele siga sempre buscando atender aos interesses do centro e não acumulando capital no âmbito interno. Esse elemento diferencia a periferia daquelas regiões do centro que estão em processo de decadência ou com uma desaceleração do crescimento, pois essas regiões centrais, mesmo

---

<sup>3</sup> Extroversão é uma palavra elaborada por Samir Amin (1978) para designar a construção na periferia de um complexo sistema de relações sociais, econômicas e infraestruturais voltadas a atender os interesses dos países centrais. Nesse contexto, o significado da extroversão das matérias primas não é apenas a constatação da exportação das matérias primas pela periferia, mas a construção desse complexo de relações que envolvem a atividade da exportação, causando um impacto muito mais profundo no desenvolvimento das regiões periféricas. Esse conceito será melhor elaborado ao longo do capítulo.

que mais frágeis que o núcleo duro, possuem uma estrutura social que facilita a acumulação de capital internamente. Dessa forma, na classificação de Amin existiriam apenas o centro e a periferia, sendo esse também o entendimento do presente trabalho. Para explicar a existência de países com diferentes níveis econômicos, Amin (1978) vai argumentar que dentro de cada região existe também uma divisão geográfica entre os países com maior poder e os com menor poder de ação.

O sistema moderno capitalista, fundamentalmente caracterizado pela incessante acumulação de capital, só pode ser mantido pelo processo incessante de expansão do sistema. A expansão pode acontecer de duas formas: intensivamente ou extensivamente. A expansão pela extensão é quando o sistema “periferiza” zonas que antes estavam fora da economia-mundo, um exemplo disso foi a colonização da Índia pela Inglaterra. A Índia fazia parte de um antigo sistema-mundo, porém, foi integrada ao moderno sistema-mundo na periferia do capitalismo quando a Inglaterra a colonizou no século XVIII. Já a expansão por intensificação é quando as relações de acumulação dentro do sistema-mundo se intensificam, acumulando exponencialmente no centro. Exemplo disso é a capitalização de determinada atividade ou produto, que no sistema anterior não eram mercadorias, como: a beleza natural, minerais, água e etc. Esses dois movimentos podem acontecer simultaneamente, porém, após a descolonização da Ásia e da África, houve uma menor proporção da expansão por extensão, pois agora quase todas as zonas do planeta já se encontram dentro do sistema (WALLERSTEIN; HOPKINS, 1982). Giovanni Arrighi (1994) argumenta que o ciclo de acumulação (expansão) pode ser dividido em uma fase de expansão material e outra de expansão financeira e que, dependendo do equilíbrio do sistema, essa opção pode ser variável.

O sistema inter-estatal, dessa forma, busca sempre a situação mais próxima ao monopólio total, porém, precisa de limitações para que siga acumulando e mantendo as relações de expansão capitalista. Dessa forma, as hegemonias seriam essenciais ao sistema capitalista, pois são elas que garantem uma posição de liderança no sistema, sem que isso configure a existência de um império. As hegemonias são essenciais para a acumulação de capital, pois estabelecem as “regras do jogo” internacional com base em sua eficiência produtiva, sua capacidade de defesa de mercados e da criação de vantagens comparativas no sistema, sem ser um império.

As hegemonias conseguem se manter como tal apenas enquanto há um processo de expansão, no qual há uma vantagem comparativa do *hegemon* frente aos outros competidores. Ao longo do tempo essas vantagens vão se reduzindo devido à incapacidade de manter a expansão, então começam as disputas militares pela manutenção/conquista da hegemonia.

Houve três disputas hegemônicas no mundo que duraram cerca de 30 anos cada uma: a Guerra dos Trinta Anos (que garantiu a hegemonia das Províncias Unidas), as Guerras Napoleônicas (que estabeleceram a hegemonia inglesa) e a I e II Guerras Mundiais (que marcaram a ascensão da hegemonia dos Estados Unidos). Cada uma dessas disputas hegemônicas terminaram com o estabelecimento de novas regras do sistema inter-estatal que conservaram as vantagens econômicas do *hegemon*: como o Tratado de Westfália, o Concerto Europeu e as Nações Unidas (WALLERSTEIN, 2000).

Para manter a hegemonia é preciso a combinação de elementos de persuasão jurídica, econômica, ideológica e uso da força. Nem sempre todos os elementos precisam ser utilizados, mas devem garantir a liderança internacional do *hegemon*. A decadência de uma hegemonia é percebida quando sua autoridade, seja ela política, econômica ou militar, está ameaçada. Isso acontece quando os demais atores não reconhecem mais o *hegemon* como líder e, lentamente, esse *hegemon* não consegue mais entregar toda a força que possuía. A identificação da queda de uma hegemonia é um processo difícil de ser analisado, pois muitas vezes o *hegemon* mantém-se forte no sistema, mas sua liderança já não é tão imponente quanto era no auge, o que, no longo prazo, permite o surgimento de novos atores concorrentes (WALLERSTEIN, 2000).

## 2.2 Ordem do Sistema Internacional Pós Guerra-Fria

O moderno sistema-mundo capitalista teria passado por três ciclos hegemônicos: Províncias Unidas (depois chamada de Holanda) no século XVII, Reino Unido no século XIX e os Estados Unidos no século XX (ARRIGHI, 1994). Cada ciclo passou por um período de crise no qual houve elementos para a fundação de um novo ciclo. A atual hegemonia americana foi fundada após uma crise de aproximadamente trinta anos que abrangeu duas guerras mundiais. Assim, a *Pax Americana* foi consagrada com a conferência de Yalta (1945), na qual os EUA estabeleceram seu *status quo* como *hegemon* no sistema internacional (WALLERSTEIN, 2004).

Para os principais autores dessa teoria, o sistema internacional vem passando por uma crise intensa nos últimos anos. Não há uma concordância quanto ao início dessa crise nem quanto à sua dimensão (se ela é uma crise hegemônica ou uma crise do próprio sistema), mas todos os autores apontam para esse processo de mudança. O argumento é que desde o fim da Guerra Fria a hegemonia americana está em processo de queda devido a três elementos centrais. O primeiro é relacionado à perda de legitimidade militar e econômica dos Estados

Unidos. Essa perda de legitimidade remonta à Guerra do Vietnã, na qual as forças americanas, mesmo estando com melhor armamento, não conseguiram estabelecer um governo aliado. Além disso, no quesito econômico, a Guerra do Vietnã levou ao esgotamento das reservas de ouro dos Estados Unidos, o que forçou a criação de um novo sistema financeiro<sup>4</sup>. O segundo elemento está relacionado à incapacidade de organização do sistema representada pelas revoluções de 1968, que marcaram o fim do liberalismo centrista propagado pelos americanos. Ao mesmo tempo houve uma descrença nos ideais da “velha esquerda”, o que geram um processo de descontentamento que passará a ser combatido pelo liberalismo conservador. O terceiro elemento está relacionado à queda da União Soviética, que acaba com a justificativa ideológica da necessidade de liderança dos americanos (WALLERSTEIN, 2004).

Além destes, podemos acrescentar dois elementos. Os ataques de 11 de setembro de 2001, marcam a incapacidade de liderança americana tanto no quesito de segurança de seu território, quanto na sua capacidade de liderança política, passando a marcar sua hegemonia pela força unilateral. O segundo elemento seria a crise financeira de 2008, que reforçou o descrédito da liderança americana e europeia em termos econômicos, estimulando um processo de competição internacional por parte das potências centrais norte-atlânticas com os países emergentes, que é acompanhada de um realinhamento geopolítico na tentativa de forjar um retorno ao equilíbrio (VISENTINI, 2017).

Fiori (2001) aponta três grandes falhas da teoria do sistema-mundo, na sua percepção. A primeira é sobre a falta de clareza sobre a relação entre expansão financeira e as crises hegemônicas, uma vez que esse autor observa que em alguns momentos a expansão nem sempre corresponde à crise hegemônica. O caso inglês é bastante emblemático, pois, em um primeiro momento, a expansão financeira representou a consolidação da sua hegemonia, porém, em uma nova fase de expansão (entre 1873 e 1893), foi concomitante ao início da crise. A segunda crítica tem a ver com o acirramento da competição interestatal e interempresarial nos períodos de transição entre ciclos de acumulação. Para Fiori (2001), não há indicadores suficientes de que esse acirramento ocorra apenas nesses processos de transição. A terceira crítica diz respeito aos conflitos sociais, pois para ele nem sempre a erosão dos poderes dominantes resultou em um processo de crise do sistema – muitas vezes, como nas revoluções europeias, houve a consolidação da hegemonia inglesa.

---

<sup>4</sup> Esse novo sistema financeiro baseava-se no dólar flexível e no processo de securitização que estimulam o investimento no mercado financeiro e não em novas bases produtivas (AMIN, 2014).

Apesar da crítica à perspectiva da crise do sistema, Fiori (2001) reconhece que os Estados Unidos estabeleceram um novo tipo de sistema mundial baseado em um novo estilo de fazer guerra (com poucas mortes e alta tecnologia) e no novo sistema monetário (dólar flexível) que chegam a uma situação quase imperial. Para ele a hegemonia americana do sistema depende de como esse país vai conseguir manter a acumulação dentro dessa situação limítrofe do moderno sistema mundial, o que significa que eles precisarão lidar com três limitantes: manter a competição inter-estatal (para instigar a expansão), reduzir o arbítrio imperial (para nutrir sua autoridade) e reduzir a pauperização relativa (para preservar sua legitimidade). Esse argumento é reafirmado por Tavares e Melin (1997) quando argumentam que, diferente do que é proposto por Wallerstein, a hegemonia norte-americana se reinventou na década de 1970, com base na diplomacia do dólar e na diplomacia das armas. Essa nova estratégia americana reorganizou o funcionamento da hierarquia internacional a partir dos anos 1980 e reafirmou a liderança americana.

No entanto, a explicação econômica não esgota a capacidade de manutenção da hegemonia, uma vez que, como Arrighi (1994) argumenta, o que impulsiona o crescimento do capitalismo é a concorrência aliada a concentração de poder que resulta na formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realiza a acumulação de capital. O não cumprimento dessa capacidade de controle pode significar o fracasso. Por isso, já no início dos anos 2000 alguns autores começaram a argumentar que foi justamente com o processo de expansão financeira, no qual o dólar torna-se realmente a moeda hegemônica, que os Estados Unidos desenvolveram uma nova relação de dependência com o mundo. Essa relação, no entanto, é paradoxal. Se por um lado garante a possibilidade dos Estados Unidos agirem de forma semi-imperial (como argumentam Tavares, Melin e Fiori), pois tem um poder imenso para controlar os preços internacionais, por outro, tem corroído a liderança americana e feito com que os Estados Unidos atuem dentro da “estratégia do louco”, isto é, tentando intimidar os adversários por meio da força, já que não possui uma liderança política (TODD, 2002).

Esta inversão da relação de dependência econômica é o segundo fator pesado que, associado ao primeiro, a multiplicação das democracias, explica a estranheza da situação mundial, o comportamento estranho dos Estados Unidos e a desorientação do planeta. Como administrar uma superpotência economicamente dependente, mas politicamente inútil? (TODD, 2002, p.26).

Foi justamente nessa estratégia e percebendo essa dependência que houve uma mudança nos paradigmas americanos, no qual os objetivos de política externa deixaram de ser, ao menos no discurso, a defesa da democracia e da liberdade, passando a ser explicitamente o controle político dos recursos mundiais (TODD, 2002). No entanto, com o

fim da União Soviética, havia acabado a justificativa ideológica e os elementos aglutinadores com os aliados ocidentais para empreender em sua busca por recursos naturais. Assim, na década de 1990, em choque com as expectativas de pacificação, houve uma tentativa dos Estados Unidos de estabelecer sua unipolaridade pela força mesmo que já estivesse apresentando sinais de desgaste, sem notar que a globalização gerou um processo de regionalização que permitiu a emergência de blocos político-econômicos competidores (VISENTINI, 2017).

A década de 1990 representou para o mundo uma quebra das expectativas em vários sentidos (políticos, econômicos e de segurança) levando a um descontentamento internacional a respeito das grandes potências tradicionais, em especial os Estados Unidos (WALLERSTEIN, 2004). Fonseca (2013) argumenta que começou a existir uma demanda por ordem internacional e as potências tradicionais não conseguiram articular novos paradigmas que pudessem responder aos desafios apresentados, o que abriu espaço para a ação de novos atores no sistema internacional. Assim, surgiu espaço político para ação mais efetiva de novos atores, não apenas para os BRICS, mas também outros grupos como ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), OCX (Organização da Cooperação de Xangai) (FONSECA JUNIOR, 2013).

Para Amin (2014), no entanto, o processo de globalização iniciado a partir dos anos 1980 levou à generalização dos monopólios e a financeirização global, causando mudanças nas relações político-sociais basilares do capitalismo e ampliando a instabilidade do sistema no século XXI. Para ele, o modelo de desenvolvimento industrial se esgotou com as crises da década de 1970, levando a um novo modelo de desenvolvimento baseado no monopólio generalizado. A ideia desse novo sistema é o desaparecimento da divisão entre centro e periferia na forma geográfica, mas a manutenção e o acirramento das desigualdades por meio da manutenção dos “cinco monopólios” por parte do centro. Esses monopólios garantiriam o domínio tecnológico, o controle financeiro dos mercados internacionais, o acesso irrestrito aos recursos naturais, o controle da mídia e das comunicações e o controle das armas de destruição em massa, o que daria ao centro o poder de coordenação das leis internacionais do valor.

Para que a periferia exercesse seu papel, os oligopólios generalizados estimularam a criação de uma série de instituições (como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio) que forçam as mudanças nos governos locais nas periferias (as chamadas reformas estruturantes) para manter a rentabilidade de curto-prazo do lucro. Essas reformas visavam reduzir o papel dos Estados, que eram intermediadores nas

relações centro-periferia, e reforçavam as relações diretas entre oligopólios internacionais e elite da periferia. Além disso, as relações de trabalho foram amplamente modificadas nesse período, ampliando um processo de subcontratação, o qual enfraqueceu as relações de associação entre trabalhadores. Ou seja, a nova organização do sistema capitalista tornou-se mais abrangente e voltada para a financeirização e o lucro do curto prazo, enfraquecendo as estruturas político-sociais existentes e não estabelecendo nenhum tipo de novas relações, o que leva a uma série de crises (AMIN, 2014).

Em suma, podemos afirmar que o sistema passa por um processo de transição, no qual fica evidente a instabilidade da potência hegemônica, os Estados Unidos. E foi nesse contexto de crise e de incerteza que os BRICS, países da periferia do sistema capitalista moderno, começaram uma articulação política. Essa articulação política visava não à destruição do centro hegemônico, como será abordado no próximo capítulo, mas uma organização alternativa dentro do sistema capitalista que beneficia a organização multipolar, o que pressiona os Estados Unidos e os demais países do centro a buscarem manter o *status quo* que lhes favoreça. Um elemento central nessa transição foi a crise financeira de 2008, que representou um marco na liderança política americana. Essa crise não foi a causa da união do BRICS, mas com certeza foi um estímulo para a criação dessa organização sem a interferência da potência hegemônica.

### **2.3 Política dos Estados Unidos e a Crise Econômica de 2008**

O sistema internacional do século XXI foi marcado pela hegemonia dos Estados Unidos, no entanto, logo em sua primeira década o país passou por um processo de crise tanto econômica quanto de liderança política, o que permitiu a emergência de novos atores líderes do sistema (BAUMANN, 2013). Assim, apesar de os Estados Unidos seguirem sendo o país com maior capacidade econômica e militar, sua liderança política tem sido paulatinamente abalada. Um marco dessa crise política foi a crise financeira de 2008 que resultou em mudanças na política interna e externa dos Estados Unidos que afetará diretamente o surgimento dos BRICS e sua posterior contenção.

Os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia após as duas Guerras Mundiais do século XX. A chegada a esse posto, no entanto, teve uma longa “pré-história” que foi guiada principalmente pela ideologia nacionalista americana. Quatro elementos serviram de base material para a construção do seu repertório ideológico: uma economia livre dos resíduos coloniais, um território continental protegido por dois mares, uma estrutura institucional

interna formada por uma constituição republicana e uma ideologia baseada na vocação para grandeza (a qual seria acrescida do elemento “raça” após a Guerra Hispano-Americana). Esses elementos foram essenciais para a formulação de uma política externa na qual entende que a grandeza americana não estaria apenas no seu tamanho territorial, moral e político, mas também no seu papel como liderança do mundo livre (ANDERSON, 2015).

Nesse sentido, desde o fim da Primeira Guerra, quando os Estados Unidos tornam-se o maior mercado do mundo, promover o livre comércio capitalista e a democracia se tornam a melhor forma de impulsionar a liderança internacional norte-americana. No entanto, a forma de empregar esse ideal na política externa variou ao longo do tempo devido às condições da conjuntura internacional e da opinião pública norte-americana. O contexto pós Guerra Fria então, levava o Ocidente a acreditar que finalmente o “mal” do comunismo havia sido eliminado, e o “bem”, liderado pelos Estados Unidos, reinaria no mundo. Para que sua vitória fosse completa era preciso eliminar qualquer governo que não quisesse aceitar o livre-mercado e a liderança moral e econômica dos Estados Unidos.

Os anos 1990 foram marcados por uma série de intervenções políticas, econômicas e militares orquestradas pelos Estados Unidos ao redor do mundo, muitas vezes em parceria com as Nações Unidas e a Europa, a fim de estabelecer essa nova ordem internacional liderada pelos norte-americanos. No entanto, com o advento dos atentados de 11 de setembro de 2001, o país passou a ter uma posição mais agressiva e unilateral (ANDERSON, 2015; PECEQUILO, 2012). A perspectiva otimista dos americanos quanto à sua posição de liderança no mundo (com o surgimento de teses como “o fim da história e o último homem” de Francis Fukuyama, por exemplo) fez com que o país deixasse de investir em modernização de suas políticas, permitindo a ampliação da desigualdade social no âmbito interno e consequentemente a ampliação de um descontentamento social. Ao mesmo tempo, a política internacional unilateral após os atentados de 11 de setembro causaram um certo isolamento em relação a seus antigos parceiros europeus (BRZEZINSKI, 2012).

Teorias que questionavam o papel de liderança americana ganharam força nos anos 2000<sup>5</sup>. A crise do subprime, em 2008, então, foi um estopim dessas teorias. Desde a consolidação do sistema financeiro globalizado contemporâneo, em 1985, houve ao menos dez bolhas financeiras. Apesar de elas serem mais fortes que qualquer outra crise financeira desde o século XVI, essas bolhas eram geralmente restritas a alguns mercados ou países. No entanto, a crise de 2008 afetou o núcleo central do sistema financeiro global, gerando

---

<sup>5</sup> Entre essas teorias podemos citar a elaboração de Immanuel Todd (2002).

desconfiança não apenas no sistema financeiro internacional como também na liderança americana para organizar esse sistema (TORRES, 2014). Além disso, a opinião pública americana pressionava para uma maior atenção do governo aos problemas internos, o que já vinha marcando uma certa mudança na política externa desse país.

Em 2006, George W. Bush procurava fazer uma rearticulação da política tentando responder a ascensão de novos atores com tendências multipolares. Seguindo a linha de raciocínio apresentada mais tarde por Kissinger (2015), Bush tenta se inserir em órgãos multilaterais e em parcerias bilaterais com líderes regionais visando retomar a posição de liderança político-ideológica americana. Estabeleceu três princípios que depois influenciariam a política externa de Obama: o multilateralismo assertivo, buscando reafirmar os compromissos em organizações internacionais, reconciliando-se com os parceiros; a diplomacia transformacional, inserindo a questão político-social em detrimento dos instrumentos militares como mecanismo para mudança de regime; por fim, a reaproximação de potências regionais (como Brasil, Índia, China), até mesmo reconhecendo o novo equilíbrio global, mas sem deixar de enfatizar a proeminência americana (PECEQUILO, 2012).

No plano interno, no entanto, a crise financeira levou os Estados Unidos a um quadro que lembrava aos americanos a Grande Depressão de 1929. A agenda republicana não resistiu às pressões internas e deu lugar a um candidato que buscava a conciliação bipartidária em torno de novos contratos sociais, ao passo que promovia a refundação da hegemonia americana, Barack Obama (PECEQUILO, 2012). Um dos acadêmicos que influenciou o pensamento americano, Zbigniew Brzezinski, já em 2009, ao sugerir políticas para o novo presidente, alerta para o surgimento de duas mudanças significativas na política mundial: a primeira diz respeito a um “despertar político global” no qual as pessoas estariam reivindicando por melhores condições de vida; já a segunda mudança, está relacionada ao surgimento de uma nova distribuição de poder, que tem se deslocado do Ocidente para o Oriente, especialmente com a emergência da China e Japão, acompanhada de maneira mais marginal pelo fortalecimento da Índia e pela recuperação da Rússia (BRZEZINSKI, 2009). Sua carta já previa brevemente o que viria a ser a perspectiva americana sobre a estrutura do sistema internacional. Nessa ideia haveria uma nova onda de teorias sobre a superioridade civilizacional do Ocidente dentro do moderno sistema capitalista. O Oriente estaria realmente emergindo economicamente (com o auxílio dos investimentos do Ocidente), porém, devido a incapacidade dos países orientais de convergir politicamente, faria com que a ordem internacional fosse instável. Dessa forma, a melhor alternativa para uma ordem estável seria o

reforço dos valores ocidentais liderados pelos Estados Unidos. Essa disputa ideológica e de valores é agravada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação que permitem que os movimentos sejam mais rápidos (BRZEZINSKI, 2009).

Apesar de Obama representar uma nova imagem da Casa Branca, sendo o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, com um discurso de conciliação, seu governo foi marcado por três elementos que acabaram limitando suas ações. O primeiro relacionado à crise financeira americana, exigia medidas internas de recuperação econômica o que afetava diretamente a política de juros dos Estados Unidos e, conseqüentemente, defrontava os interesses de outros países. A segunda se refere às operações militares que o país já estava envolvido e as quais não poderia sair sem que demonstrasse uma retomada da liderança americana. Por fim, a manutenção dos republicanos como maioria no Congresso limitaram as ações do presidente e forçaram a uma diplomacia presidencial mais assertiva no campo internacional, ao passo que no plano interno, barravam pelo Congresso as iniciativas de Obama de reativar o papel do Estado para reestruturar os paradigmas sociais e produtivos, limitando o orçamento do pacote Obama de U\$825 bilhões para U\$ 787 bilhões (PECEQUILO, 2012; ANDERSON, 2015).

### 3 ASCENSÃO DOS BRICS: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

O acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), surgiu em uma avaliação da empresa de investimentos *Goldman Sachs* sob responsabilidade do economista Jim O’Neill, em 2001. Com base em pesquisa de projeções do Produto Interno Bruto (PIB) Jim O’Neill argumenta nesse documento que Brasil, Rússia, Índia e China (em especial esse último) seriam mercados emergentes, isto é, o banco de investimentos avaliava que esses países poderiam alcançar patamares de crescimento econômico que alcançariam (ou até mesmo ultrapassariam, no caso da Itália) o nível dos membros do G7 nos 10 anos seguintes. Apesar de ser uma constatação simples, essa pesquisa poderia ser avaliada de duas formas: por um lado, os BRICs seriam atrativos aos investidores do mercado financeiro internacional; ou, por outro ponto de vista, os BRICs poderiam ser um sinal de ameaça econômica aos países do G7, isso porque, caso esses países ultrapassassem economicamente os membros do G7, ganhariam legitimidade econômica para reivindicar maior inserção política nas instituições financeiras internacionais (O’NEILL, 2001).

A criação de acrônimos e frases de efeito para chamar a atenção a um grupo relevante para investidores é uma prática comum no mercado financeiro. Antes do BRIC, houve os “tigres asiáticos”, os “tigres bálticos” e inclusive “Tiger cub economies”. Depois do sucesso do acrônimo BRIC também surgiram outros relatórios com novas nomenclaturas, como: N-11 (*Next-Eleven*, as onze economias em desenvolvimento mais promissoras depois dos BRICs), CEMENT (*Countries in Emerging Markets Excluded by Terminology*), MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia), CEVETS (Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul). Apesar da sonoridade de todos, no entanto, nenhum teve o alcance que tiveram os BRICS. Isso por que o grupo dos BRICS não se baseava apenas em uma constatação sobre o crescimento econômico (DAMICO, 2015).

Na realidade, a utilização do acrônimo serviu mais para designar um processo de aproximação política que resultou na criação de uma agenda diplomática ampla e comum em torno da cooperação. Essa, por sua vez, não teve precedentes. Dessa forma, o presente capítulo tem como objetivo debater o histórico do bloco dos BRICS, entendendo os interesses políticos, estratégicos e também econômicos dos membros para criar essa agenda política comum. Para isso, entenderemos os objetivos político diplomáticos do grupo e sua evolução institucional.

### 3.1 Contexto Histórico e Interesses Estratégicos

Como dito anteriormente, a globalização da década de 1990 abriu espaço para um novo tipo de articulação política multilateral baseado em organizações regionais. Ainda nessa década, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul começavam a fazer suas articulações regionais e gradativamente ganhavam um espaço importante como liderança política em suas regiões. Concomitante a isso, o discurso de contestação da potência hegemônica gradativamente ganhava força conforme os países periféricos eram afetados pelas crises financeiras causadas pela instabilidade do mercado o que abalava a credibilidade do modelo neoliberal.

Como visto anteriormente o século XXI se iniciou em contexto de crise do sistema internacional em meio a tentativa do centro hegemônico de se reestabelecer como liderança após a queda da União Soviética. Essa tentativa, no entanto, estava gerando altos custos aos países periféricos. Assim, para ter uma certa autonomia em suas decisões externas os países da periferia foram gradativamente procurando agrupamentos de geometria variável. Dois desses grupos foram importantes para o surgimento dos BRICS: o IBAS e o RIC.

Em 2003 Brasil, Índia e África do Sul, preocupados com os rumos das políticas do centro hegemônico para a periferia, resgatam o conceito de Cooperação Sul-Sul, passando a articular-se política e economicamente dando origem ao grupo que ficou conhecido como IBAS ou G3. Três elementos uniam esse grupo, todos eram: grandes democracias, lideranças regionais e localizadas ao Sul em três continentes diferentes. Seus objetivos passaram a ser a troca de experiências técnicas e tecnológicas para promover o desenvolvimento mútuo. Em face de um crescente unilateralismo dos países do centro, um dos pilares do grupo era o fortalecimento dos mecanismos multilaterais para resolução de divergências e a democratização do sistema internacional. Nesse último quesito, a principal reivindicação era a ampliação dos assentos permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), como forma de tornar essa organização mais democrática e representativa.

Por outro lado, os RICs (Rússia, Índia e China) tinham uma relação conturbada em sua região. Desde o fim da União Soviética o entorno estratégico da Ásia Central tornara-se local de proliferação de grupos extremistas que visavam reduzir o poder dos seus Estados. Com vistas a resolver problemas regionais relativos a insegurança das suas fronteiras e aos litígios fronteiriços, em 1996, Rússia e China acompanhadas de Tajiquistão, Quirguistão e Cazaquistão formaram o “Xangai Five”, que em 2001, com o ingresso do Uzbequistão tornou-se Organização da Cooperação de Xangai (OCX). No entanto, muitas questões relativas a

região estavam relacionadas a Índia que estava fora do grupo (ela veio a ser incluída juntamente com Paquistão a partir de 2017), assim em 2006 os RIC fizeram uma reunião trilateral por iniciativa russa que resultou em um determinado consenso sobre a necessidade de cooperação entre as três partes.

O sucesso do IBAS e do RICs, aliado ao descontentamento em relação às ações unilaterais dos Estados Unidos, despertaram o interesse desses atores em unir forças. Em setembro de 2006, por iniciativa da Federação Russa, inicia-se a articulação política entre Brasil, Rússia, Índia e China por meio de uma reunião de chanceleres as margens da 61ª Reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que desde então passaram a ser anuais (BRASIL, 2006). Com a maior proeminência desses países nos fóruns multilaterais, como o G20, em 2007 a articulação política dos BRICs<sup>6</sup> se intensificou quando os chanceleres decidem expandir os diálogos para diversos fóruns multilaterais de temas como economia, finanças, comércio, energia e meio ambiente (BRASIL, 2007). Assim, logo nesses primeiros diálogos, é possível notar que o próprio surgimento dos BRICS se deu em um processo simbiótico com o multilateralismo, com a defesa do desenvolvimento da periferia e com a Cooperação Sul-Sul.

Em 16 de junho de 2009, quando houve a I Cúpula dos BRICs, com chefes de Estado e de Governo, o foco dos debates foram temas econômicos e financeiros, visando a reforma das instituições financeiras internacionais e as possibilidades de recuperação econômica por meio do G-20, reforçando o papel do multilateralismo para resolução das controvérsias (BRASIL, 2009). A África do Sul, no entanto, não estava contente de ser excluída do grupo. Desde 2006 o país vinha apresentando seu interesse em participar do grupo, seus dirigentes sabiam, no entanto, que o país não poderia ser comparado economicamente aos demais, mas em termos estratégicos poderiam ter grande relevância. Assim, ao assumir o comando do país Jacob Zuma visitou, em 2010, todos os membros do BRIC para galgar um lugar para a África do Sul junto ao grupo, bem como sua ministra das relações exteriores, Maite Nkoana-Mashabane, fez diversas reuniões e pronunciamentos sobre o interesse da África do Sul em participar do grupo (SHUBIN, 2015).

Nas cúpulas seguintes dos BRIC os temas foram se expandindo, até que os amplos debates sobre a intervenção na Líbia no CSNU, em 2011, e a forte presença/interesse dos BRICs na África estimularam o grupo a agregar um representante africano entre seus

---

<sup>6</sup> O presente trabalho se refere ao grupo do BRICs com letra minúscula ao final quando se refere ao período anterior ao ingresso da África do Sul, que se deu em 2011.

membros. Assim, em abril de 2011, na III Cúpula dos BRICs realizada em Sanya, na China, a África do Sul foi integrada ao bloco consolidando o acrônimo BRICS.

Várias são as similaridades dos BRICS que aproximaram o grupo além das perspectivas de crescimento do PIB. Os cinco países têm grande extensão territorial (em especial os BRIC), todos são considerados potências regionais (com exceção da China que concorre a potência global), o bloco está presente em todas as regiões do mundo, agregando cerca de 3,2 bilhões de habitantes que, em 2017, representavam aproximadamente 42% da população mundial (BANCO MUNDIAL, 2017). Além disso, China e Rússia estão entre os membros permanentes do CSNU e três membros (Índia, China e Rússia) tem capacidade de lançamento nuclear (FONSECA JUNIOR, 2013).

Outro elemento que chama a atenção no bloco é que juntos eles englobam grandes reservas minerais essenciais para o desenvolvimento industrial e tecnológico. Para citar alguns exemplos: a África do Sul é um dos maiores mineradores mundiais, possui 64% das minas de platina e produz 23% do ouro refinado do mundo, além de ser um grande produtor de pedras preciosas (ESTADOS UNIDOS, 2017d); apesar de consumir grande parte de sua produção mineral devido a forte produção industrial, a China é a maior produtora mundial de alumínio, aço e cobre (ESTADOS UNIDOS, 2017c); a Rússia é reconhecida pelas exportações de suas commodities, possuindo a segunda maior reserva de carvão do mundo, produz 19% do gás natural mundial e possui a terceira maior produção de petróleo do mundo (12%), logo atrás de Estados Unidos e Arábia Saudita (ESTADOS UNIDOS, 2017a); a Índia é a quarta maior produtora de aço do mundo, porém, é um grande importador de petróleo, ouro e carvão (ESTADOS UNIDOS, 2017b); o Brasil é o maior produtor de nióbio (89%) e de graphite do mundo e o nono maior produtor de petróleo, com possibilidade de aumentar sua produção após a descoberta de reservas na camada pré-sal, em 2006 (ESTADOS UNIDOS, 2017e).

A geopolítica é um elemento muito relevante para a criação dos BRICS, porém é um tema geralmente negligenciado pelos analistas uma vez que as questões de poder internacional debatidas pelo grupo são focadas na defesa da multipolaridade, não se estendendo a exercícios militares conjuntos (como no caso do IBASMAR, por exemplo). A discricção se dá pelo fato de que o grupo tenta evitar a percepção de configurar uma aliança militar, porém, esse é evidentemente um elemento importante.

Em 2006, o Brasil descobriu reservas de petróleo na camada Pré-Sal do Oceano Atlântico, estimada em uma produção entre 9,8 e 15,2 bilhões de barris, o que colocaria o Brasil entre os maiores produtores do mundo (PETROBRAS, 2014). Além disso, o Golfo da

Guiné na África também possui reservas significativas que podem vir a substituir o Oriente Médio no fornecimento de petróleo aos Estados Unidos (GONZÁLEZ, 2016). Essas descobertas chamaram a atenção novamente para a importância do Atlântico Sul na extração de recursos. No caso brasileiro, a aproximação de potências como Rússia e China, pode ser importante uma vez que esse país procura a expansão de sua Zona Exploração Econômica marítima. Apesar de a África do Sul não estar envolvida na descoberta de petróleo, ela tem uma importância geoestratégica pela sua localização entre o Oceano Índico e Atlântico, tornando-se rota e conectando os membros do grupo (SHUBIN, 2015). Também a China tinha interesses econômicos e geoestratégicos com o grupo. A economia chinesa cresceu exponencialmente nas duas primeiras décadas do século XXI, passando sua participação do PIB mundial de 1,8% em 1990 para 9,3% em 2010. Essa mudança radical exigia cada vez maior consumo de matérias primas que permitissem seu desenvolvimento, assim, os chineses tinham interesse na aproximação com países produtores de *commodities*.

Dessa forma, o surgimento do grupo dos BRICS se deu de forma bastante gradual e ocorreu pelos esforços políticos dos Estados membros do grupo, que tinham interesses políticos, econômicos e geoestratégicos para fomentar a convergência política entre eles. Assim, a próxima sessão abordará a institucionalização interna do grupo.

### **3.2 A Institucionalização dos BRICS.**

Em termos institucionais, os BRICS buscam ser uma ferramenta que ajude a concertação política para ações multilaterais em instituições internacionais e não uma instituição multilateral especificamente. Por isso, não possui uma sede nem um secretariado, o que para alguns diplomatas é algo positivo, uma vez que o grupo ainda é muito recente e devido a grandes diferenças, a institucionalização poderia burocratizar o processo de aproximação. A dinâmica do grupo se pauta por reuniões de cúpula anuais entre Chefes de Estados e Governo, somadas paralelamente a diversas reuniões periódicas de embaixadores, ministros e sociedade civil sobre temas variados de interesse dos membros, como: o fórum das cidades, fórum de Think Thanks, reuniões de ministros da agricultura, reuniões de ministros das relações exteriores, reuniões de estudantes e entre outras. Para termos de comparação a reunião de cúpula dos BRICS, em 2010, contava com 02 reuniões ministeriais e 08 encontros setoriais, já na X Cúpula dos BRICS, em 2018, houve formalmente 16 reuniões ministeriais e 56 encontros setoriais. Além disso, para melhorar o arcabouço técnico o grupo publica periodicamente estatísticas sobre suas economias, turismo, agricultura, indústria,

população e território. No entanto, apesar de essa ter sido uma das primeiras iniciativas e a que mais se destaca em todas as reuniões desde sua criação, ainda não há uma base de dados comum, o que dificulta ainda uma análise mais ampla das relações do grupo.

Entre os objetivos os que mais se destacam nas declarações do grupo são: apoiar a legitimidade das organizações multilaterais; promover a reforma da arquitetura das instituições financeiras internacionais e sua democratização; apoiar a ordem multipolar, equitativa e democrática; promover o desenvolvimento sustentável com inclusão social; defender a reforma do conselho de segurança da ONU; promover a estabilidade econômica internacional; explorar a cooperação na esfera da ciência, tecnologia e inovação (BRASIL, 2009, BRASIL 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2013a; BRASIL 2014a; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; BRASIL 2017; BRASIL, 2018a).

Em muitos momentos também, o grupo se posiciona sobre a situação da ordem e segurança internacional, demonstrando uma especial preocupação com as situações na África e no Oriente Médio. Entre os temas citados em documentos da organização sobre o posicionamento do grupo nas questões internacionais estão: apoiam o Haiti após o terremoto (2009), estimulam o papel das organizações regionais na questão da Líbia (2011), rejeitam ajustes fiscais nos países desenvolvidos provocando volatilidades nos preços das commodities (em 2012 e 2013), estimulam o ingresso da Rússia na OMC (até 2012 quando o pedido foi atendido), defendem o respeito a independência e integridade territorial da Síria (de 2012 a 2017), reconhecem o direito do Irã do uso pacífico da energia nuclear (2012), apoiar a cooperação regional para estabilização do Afeganistão (2012 e 2017), defendem o combate ao tráfico de drogas no Afeganistão (2012 a 2017), defendem a criação do Estado palestino (2013 e 2014), defendem prestar assistência humanitária ao Mali (2013), apoiam a assinatura do Marco de Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo (2013), apoiam a atuação da Índia e África do Sul na pacificação da República Centro-Africana (2013 e 2014), apoiam a realização de eleições legislativas em Guiné-Bissau (2014), apoiam o esforço da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (2014), apoiam o Acordo para Resolução da Crise no Sudão do Sul (2014), apoiam a Missão de Paz na República Democrática do Congo (MONUSCO) (2014), apoiam a adesão da Síria a Convenção sobre Armas Químicas (2014), apoiam as negociações entre Irã e E3+3 (2014), defendem o respeito a integridade territorial e soberania nacional do Iraque (2014), defendem resolução pacífica da crise da Ucrânia (2014), alertam que o referendo no Reino Unido contribui para a instabilidade econômica global (2016), desaprovam os testes nucleares da Coreia do Norte (2017) (BRASIL, 2009, BRASIL 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012;

BRASIL, 2013a; BRASIL 2014a; BRASIL, 2015; BRASIL, 2016; BRASIL 2017; BRASIL, 2018a).

Ou seja, a institucionalização do grupo envolve também um posicionamento dos membros quanto a temas internacionais, deixando clara a posição do grupo sobre determinados aspectos. Nos últimos anos também há uma discussão sobre a expansão do alcance do grupo. Desde a reunião de Durban, na África do Sul (2013), os países anfitriões da Cúpula de Líderes convocam líderes regionais para realizarem diálogos paralelos e reforçar o vínculo dos BRICS com as regiões de seus membros. Assim, na reunião de Durban (2013) houve a primeira saída de campo dos membros dos BRICS. Em Fortaleza (2014) o Brasil convocou uma reunião da UNASUL paralela. Em Ufa (2015), na Rússia, foi convocada a reunião da OCX. Em Goa (2016) na Índia foi convocada a reunião do BIMSTEC (Bangladesh, Butão, Mianmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia).

Até que em 2017, na Cúpula de Xiamen, a China propôs a criação do *BRICS PLUS*, cujo diferencial é que ele amplia o âmbito de influência política do grupo, uma vez que reúne paralelamente ao encontro um grande número de lideranças dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento (EMDCs), afim de discutir formas de cooperação para alcançar a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. No seu primeiro encontro, o *BRICS PLUS* contou com a participação dos Chefes de Governo do Egito, Guiné, México, Tajiquistão e Tailândia (BRASIL, 2017). Em 2018, na Cúpula de Johannesburgo, África do Sul, esse grupo foi muito ampliado, tendo foco em representantes de países com posições de liderança em grupos multilaterais, como: Argentina (atualmente membro do MERCOSUL e presidente do G20), Indonésia (membro da ASEAN e vice-presidente da Nova Parceria África-Ásia), Egito (presidente do G77+China), Jamaica (futura presidente da CARICOM), Turquia (presidente da OIC) e também constou com a participação de Antonio Guterres, Secretário Geral da ONU, demonstrando os vínculos do grupo com essa organização. Além disso, nessa mesma ocasião, países africanos fizeram uma reunião de lideranças africanas que atualmente estão presidindo (ou virão a presidir) organizações africanas, como: Ruanda (UA), Senegal (NEPAD e HSGIC), Gabão (ECCAS), Uganda (EAC), Etiópia (IGAD), Togo (ECOWAS), Zâmbia (COMESA), Namíbia (SADC), Angola (SADC) e Moussa Mahamat (Comissão da União Africana). Também estiveram presentes outros países da SADC (Comunidade Sul-Africana para o Desenvolvimento), como: Maurício, Lesoto, Botsuana, Zimbábue, Seichelles, Moçambique, Malawi e Madagascar.

A ampliação de membros em uma organização internacional pode significar a perda de sua coesão e uma maior dificuldade na tomada de decisões e na convergência quanto a

determinados temas sensíveis (FONSECA JUNIOR, 2014). No entanto, no atual contexto internacional, no qual há um recrudescimento da política externa de Donald Trump para os fóruns multilaterais, a proposta de ampliar o círculo de debate dentro dos BRICS pode ser uma alternativa consistente aos países em desenvolvimento que buscam uma relativa autonomia no sistema internacional. Alguns atores têm procurado o grupo para propor a ampliação de membros efetivos, como no caso da Turquia, que após muitos anos sem conseguir entrar na União Europeia, em 2018, solicitou a inclusão nos BRICS. Apesar dessa solicitação e da paulatina ampliação de convidados durante as reuniões de cúpula, os BRICS não tem uma política de ampliação de seus membros fundadores e alguns, em especial a Rússia, não tem interesse em ampliar o bloco devido a perda de poder de decisão.

A pauta econômica é a que mais estimula a institucionalização do grupo. Uma das principais demandas do grupo é por uma maior participação dos países do grupo na formulação da arquitetura financeira internacional. Para isso, os atores do grupo argumentam que seria necessário uma reforma nas quotas do FMI, que garantam maior participação dos BRICS. Além disso, seria necessário mais clareza nas eleições de cargos de liderança do Banco Mundial. Com a crise financeira de 2008 que abalou principalmente Estados Unidos e Europa, a efetiva participação dos BRICS nos mecanismos de recuperação financeira lastrearam essas antigas demandas. Em 2010 o FMI resolve discutir meios de reforma, atendendo as demandas do grupo, no entanto, elas não serão aprovadas pelo congresso dos Estados Unidos<sup>7</sup>. A demora na tomada de decisão pela reforma do FMI fez com que os BRICS decidissem criar um banco de desenvolvimento próprio, o que se concretiza em 2014 na Conferência de Fortaleza. Tal banco eleva o nível de vínculos do grupo devido a sua importância para o estabelecimento de uma nova ordem financeira.

A construção da ideia do banco remonta não apenas a insatisfação do grupo sobre a reforma da ordem financeira, mas também aos debates sobre a temática do desenvolvimento no G-20 em 2011, em pleno processo de reverberação da crise dos Estados Unidos na Europa. À margem de uma reunião de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20 (nessa época presidido pela França), Nicholas Stern e Joseph Stiglitz reuniram-se com os representantes dos BRICS, em reunião informal, para apresentar uma proposta de criação de um banco de desenvolvimento Sul-Sul. A ideia inicial era que os países em desenvolvimento que não estivessem no G-8 pudessem ser os acionistas iniciais de projetos sustentáveis de infraestrutura e de novas tecnologias (COZENDEY, 2015).

---

<sup>7</sup> Em 2016 o Congresso dos Estados Unidos negou a assinatura da reformado FMI que poderá ser reavaliada apenas em 2019.

Por trás dessa proposta havia um interesse dos países europeus em evitar uma mudança da correlação de forças internas do FMI e do Banco Mundial. Porém, traziam um problema real que afetaria os países periféricos. O relatório da *McKinsey Global Institute* de 2013 mostrava que para alcançar o crescimento potencial da economia mundial seria necessário um investimento em infraestrutura em um montante em torno de US\$57 e 67 trilhões até 2030. Nessa perspectiva, com as taxas disponibilizadas a época, os estudiosos alegavam que haveria um déficit anual de US\$1 trilhão de investimentos em infraestrutura. Isto afetaria diretamente os países em desenvolvimento, já que esses tinham uma infraestrutura mais precária. Ao mesmo tempo, todos os BRICS tinham um grande montante de reservas internacionais que, em 2013, chegavam a 21% das reservas mundiais (US\$16 trilhões) dos quais mais de 80% pertenciam a China (US\$5 trilhões) (ABDENUR; FOLLY, 2015).

Na concepção de Stern e Stiglitz, o banco seria um instrumento importante para canalizar os excedentes de poupança que ocorriam nos grandes países de mercados emergentes, notadamente na China, para aplicações mais promissoras e lucrativas do que os destinos tradicionais nos mercados desenvolvidos. Contribuiria, dessa forma, também para o *rebalancing* da economia mundial (...) (COZENDEY, 2015, p.118, grifo do original).

O tema do investimento internacional em infraestrutura se tornaria central nas discussões do G-20 na presidência da Rússia (2013), Austrália(2014) e Turquia (2015) (COZENDEY, 2015). O que não esperavam os países desenvolvidos é que a Índia, país que entre os BRICS é o que mais depende de investimentos externos em infraestrutura, solicitaria aos ministros das finanças do grupo a realização de estudos sobre bancos de desenvolvimentos para saber a viabilidade de criação de um banco de desenvolvimento dos BRICS, na IV Cúpula de Nova Delhi (em 2012). A partir desses estudos os BRICS perceberam que, diferente da ideia inicial do G-20 de ser uma espécie de rebalanceamento do mercado, existia uma demanda por financiamento de projetos de infraestrutura, uma vez que os parceiros tradicionais europeus haviam retraído muito os investimentos, ao mesmo tempo em que havia recursos disponíveis nos seus próprios mercados (COZENDEY, 2015). Assim, em 2013, na V Cúpula em Durban, com os estudos realizados pelos bancos de desenvolvimento, os BRICS decidem criar seu próprio banco de desenvolvimento, cujo acordo final seria assinado na Cúpula de Fortaleza, em 2014.

Após diversas discussões, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) teria sede em Xangai, na China, e seria formado por um corpo administrativo rotativo com mandato de 5 anos para presidente (o primeiro seria a Índia), um líder de Governo (primeiro seria o Brasil) e

quatro vice-presidentes. Além disso, para tornar as ações do banco mais efetivas ele contaria com escritórios regionais, o primeiro, localizado na África do Sul foi criado juntamente com a criação do banco, o segundo, localizado no Brasil, seria acordado apenas em 2018. O escritório da África do Sul foi inaugurado com sucesso em agosto de 2017 (BRASIL, 2018). O NBD ainda prevê a participação de outros atores, tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, por isso, a sigla do BRICS não foi acrescentada ao nome. No entanto, a direção do banco será sempre dos países do BRICS que por sua vez são os acionistas majoritários (COZENDEY, 2015). Os empréstimos serão feitos em dólar, porém, a China poderá fazer aportes em *renminbi* e estuda-se a possibilidade de novos aportes em moeda local. Nesse quesito o NBD poderá tornar-se um problema aos Estados Unidos, uma vez que o grupo burlaria a dependência do dólar na realização de comércio internacional.

O NDB aprovou, até o momento, empréstimos no valor total de US\$ 5,1 bilhões para financiamento de projetos nas áreas de energias renováveis, infraestrutura de transporte, abastecimento de água, saneamento e infraestrutura social. Para o Brasil foi destinado quatro empréstimos no valor total de US\$ 621 milhões que serão destinados a seis parques de energia eólica (nos estados de Piauí e Pernambuco), no Projeto de Integração Norte-Sul do Maranhão, no Projeto Municípios Sustentáveis do Pará e no Projeto de Drenagem para Tratamento de gás na Petrobras. A Rússia, por sua vez, recebeu um total de US\$1,1 bilhão aplicando em cinco projetos de planejamento e transporte urbano, provimento de água e desenvolvimento de energia renovável. Para a Índia foram destinados oito empréstimos, totalizando US\$ 2,5 bilhões que serão destinados ao projeto de energia renovável Canara, rodovias Madhya Pradesh, tratamento sanitário e de água para zonas rurais, irrigação e agricultura, rodovias rurais Bihar, pontes e para o metrô Mumbai. Para a China foram destinados US\$1,2 bilhões e RMB 10,7 bilhões (que equivalem a cerca de US\$ 1,5 bilhões) distribuídos em nove projetos de produção de energia renovável, controle fitossanitário, provimento de água para zonas rurais, infraestrutura urbana, metrô Luoyang, energia eólica, aeroporto e transporte de gás. A África do Sul, por fim, recebeu US\$ 680 milhões distribuídos em três projetos de redução de emissão de gases, transporte público e transporte de energia. O banco prevê gastar em 2019 US\$7,5 bilhões em novos projetos (Novo Banco de Desenvolvimento, 2019).

Outro fator institucionalizado que visa suprir as demandas do grupo nas questões financeiras e, ao mesmo tempo, é considerada por alguns analistas como uma forma de burlar o FMI é o Arranjo do Contingente de Reservas dos BRICS. A ideia é que exista um fundo autorizado de US\$100 bilhões e de um aporte de US\$50 bilhões dos quais todos os países do

BRICS poderiam usufruir em caso de crise financeira. A proposta indica que haveria um montante significativo que poderia ser reversível na moeda local, o que substituiria o poder do dólar nas transações intra-bloco (COZENDEY, 2015). Essa proposta, no entanto, é de difícil avaliação uma vez que apenas poderá ser testada após algum membro do grupo passar por dificuldades financeiras e precisar sacar dinheiro do fundo, o que ainda não aconteceu (SHERER, 2018).

Apesar de o fator econômico não ser o elemento central da constituição dos BRICS, os laços econômicos do grupo foram fortalecidos pela institucionalização dos mecanismos de diálogo entre eles, bem como podem ser um elemento de concretização dessa parceria. A tabela 1 apresenta dados sobre o crescimento do comércio entre os membros com base nas estatísticas apresentadas pelos próprios BRICS em seu relatório estatístico.

**Tabela 1 Comércio de manufaturas entre os BRICS**

PAÍS ORIGEM (*)	PAÍS DESTINO	ANO	IMPORTAÇÃO MILHÕES US\$	EXPORTAÇÃO MILHÕES US\$	ANO	IMPORTAÇÃO MILHÕES US\$	EXPORTAÇÃO MILHÕES US\$
RÚSSIA	BRASIL	2009	3.478	1.083	2016	2.524	1.785
RÚSSIA	CHINA	2009	22.795	16.687	2016	38.105	28.018
RÚSSIA	ÍNDIA	2009	1.525	5.936	2016	2.396	5.312
RÚSSIA	ÁFRICA DO SUL	2009	321	195	2016	522	196
ÍNDIA	CHINA	2009	30.824	11.618	2016	61.311	10.203
ÍNDIA	ÁFRICA DO SUL	2009	5.675	2.059	2016	5.814	3.554
CHINA	ÁFRICA DO SUL	2009	8.712	7.366	2015 <sup>(3)</sup>	30.151	15.858
BRASIL	ÍNDIA	2009	2.191	3.415	2016	2.484	3.162
BRASIL	CHINA	2009	15.911	21.004	2016	23.364	35.138
ÁFRICA DO SUL <sup>(2)</sup>	BRASIL	2009	-	-	2016	-	-

Fonte: BRICS Statistics 2017 (elaboração própria)

(\*) Os dados foram obtidos a partir do grupo de estatísticas dos BRICS. É importante observar, no entanto, que os dados obtidos podem variar de um membro a outro devido a falta de padrão sobre o que cada um considera como produto manufaturado em sua base de dados. Por isso os dados completos fornecidos pelos membros, bem como uma análise histórica do comércio desde 2000 pode ser encontrado na própria fonte. Os países de origem são os países que forneceram os dados.

(<sup>2</sup>) Dados sobre comércio da África do Sul com o Brasil não foram encontrados nos documentos produzidos pelos BRICS, a autora preferiu não inserir outra fonte de dados, uma vez que a metodologia de coleta seria modificada podendo causar distorções nas análises.

(<sup>3</sup>) Foram coletados os dados de 2015 uma vez que os dados de 2016 estavam em processamento quando se deu a publicação das estatísticas.

Em uma análise geral, a Tabela 1 demonstra um crescimento do comércio entre os BRICS, o que pode ser um resultado positivo da expansão da dimensão voltada para o interior do bloco. No entanto, é importante ressaltar que o comércio da China com os demais

membros é muito superior que qualquer ator do bloco. É possível avaliar que, na realidade, o comércio cresceu pouco entre os demais membros excluindo-se a China. Analisando os demais dados disponibilizados pelo *BRICS Statistics 2017*, todos os membros do BRICS tem a China como maior parceira comercial, ao passo que a China tem seus territórios contestados de Hong Kong e Taiwan seguidos de parceiros ASEAN, União Europeia e Japão como maiores colaboradores. É notável, no entanto, uma intensificação nos laços com os BRICS de forma relativamente mais equitativa que nas relações com Estados Unidos e União Europeia – isto é, no caso dos BRICS, houve um crescimento proporcional entre exportações e importações.

Para o comércio não apenas a quantidade demonstra uma possibilidade de expansão, mas também, a pauta das mercadorias comercializadas é um elemento relevante, pois demonstra as possibilidades de ampliação do comércio, em caso de pautas complementares, ou de estagnação/enfraquecimento no caso de pautas concorrentes. A Tabela 2 apresenta alguns dados fornecidos pelos BRICS sobre a pauta de comércio entre os membros do grupo.

**Tabela 2 Dados Selecionados de Comércio de Mercadorias**

PAÍS	PERÍODO	PRINCIPAIS PRODUTOS MANUFATURADOS QUE IMPORTA (*)	PRINCIPAIS PRODUTOS MANUFATURADOS QUE EXPORTA (*)
BRASIL	2016	Petróleo cru, diesel, nafta para petroquímicos, partes de turborreatores e turbopropulsores, cloreto de potássio.	Soja, Ferro cru, Petróleo cru, cana de açúcar, celulose.
RÚSSIA	2016	Medicamentos, Aparelhos de telefonia e telecomunicações, peças de motor de veículos, maquinário para liquidificação do ar e outros gases, máquinas de calcular	Petróleo cru e seus produtos, carvão, pedras e metais preciosos, fertilizantes, alumínio e seus produtos.
ÍNDIA	2016-2017	Combustível, pérolas e pedras preciosas, peças de equipamentos eletrônicos, Caldeiras e outros equipamentos para Reatores nucleares, Produtos químicos orgânicos.	Roupas e Acessórios, Veículos rodoviários, produtos farmacêuticos, Peças de Aparelhos eletrônicos, plástico e navios e estruturas flutuantes.
CHINA	2015	Peças e equipamentos eletrônicos, combustíveis, reatores nucleares e suas partes, equipamentos médicos/cirúrgicos, pérolas e pedras preciosas.	Peças e equipamentos eletrônicos, reatores nucleares e suas partes, roupas e acessórios, móveis, equipamentos médicos/cirúrgicos.
ÁFRICA DO SUL	2016	Maquinário, Produtos químicos, produtos têxteis, produtos de ferro e aço, produtos minerais.	Produtos Minerais, Produtos de ferro e aço, celulose e papel, Produtos Químicos, Maquinário.

Fonte: BRICS Statistics 2017 (elaboração própria)

(\*) O Brasil foi o único país que disponibilizou apenas o comércio de *commodities* o que pode representar o interesse do país em comercializar esse tipo de produto com o grupo.

Ao observar a Tabela 2 é possível perceber que existe uma certa complementaridade nas pautas de importação e exportação dos BRICS. Alguns membros exportam majoritariamente commodities (Brasil, Rússia e África do Sul), Índia exporta majoritariamente roupas/acessórios e fármacos, enquanto a China se concentra com a maior parte dos produtos industrializados e de mais alta tecnologia. Essa complementaridade entre os membros pode representar futuras ampliações das relações comerciais entre eles. Apesar do comércio não ser o principal elemento constitutivo do grupo, ele é de grande relevância para a estabilidade das relações entre os membros.

Em suma, a institucionalização do grupo dos BRICS se deu em duas frentes principais. Uma frente está voltada a reforma do sistema financeiro internacional, que é mais visível e que tem evoluído com mais rapidez e eficiência, sendo ela composta pela proposta de criação do NBD e do Arranjo de Reservas. Essas duas propostas visam beneficiar o desenvolvimento sustentável dos membros do grupo e de outros países em desenvolvimento, reforçando os laços econômicos entre o grupo o que estimula também o fortalecimento do comércio entre eles. A segunda frente de institucionalização do grupo está voltada a ampliação do papel de liderança do grupo na política internacional, ela, no entanto, é mais difusa e evolui lentamente, dependendo da conjuntura interna e internacional dos países. Essa segunda frente é composta pela ampliação de temas de interesse do grupo até os debates sobre formas de incluir outros países sob sua influência como o *BRICS Plus* e a convocação de grupos regionais para os debates paralelos às Cúpulas de Líderes.

### **3.3 Elementos Constitutivos dos BRICS e a Nova Proposta de Ordem Internacional: Cooperação Sul-Sul, Desenvolvimento e Multilateralismo.**

Como abordado anteriormente, a constituição dos BRICS não se deu pelo fator econômico exclusivamente, como pensavam os bancos de investimentos que sugeriram o acrônimo. A constituição do bloco se deu pelos interesses políticos e estratégicos dos países que buscaram se unir e enfrentar as dificuldades impostas pelo panorama internacional do século XXI. Para isso, o bloco passou a representar um novo modelo de ordem internacional que afetaria diretamente a proposta de economia globalizada dos Estados Unidos. No entanto, essa proposta nunca foi explicitada pelo grupo, mas está evidente no posicionamento histórico de seus membros e nas pautas galgadas por eles. Essa proposta se divide em três elementos principais: a Cooperação Sul-Sul, o desenvolvimento promovido pelo Estado e o multilateralismo como forma de galgar uma posição de proeminência no sistema

internacional. Nessa sessão buscaremos conceituar esses três elementos, ressaltando em que medida eles são uma forma alternativa de ordem internacional. Contudo, o posicionamento de cada país ao longo da conformação de sua política externa será abordado no capítulo quatro, para melhor compreensão das convergências e divergências do grupo.

No segundo capítulo abordamos a ideia de que os Estados na periferia têm uma configuração muito diferente do padrão dos países do centro, chegando ao ponto de alguns autores considerarem que na periferia não existem Estados-Nacionais, uma vez que seu objetivo é garantir a extroversão do capital para os Estados do centro. Durante o período liberal que dominou a política do centro até a década de 1930 o Estado deixou de ter uma proeminência nas análises políticas. Com o advento das políticas keynesianas da década de 1930 esse ator volta a ter uma proeminência nos países do centro, mas também na periferia. Ao analisar o papel do Estado na política Theda Skocpol (1985) argumenta que com o passar do tempo os estudos sobre os Estados foram se complexificando, não apenas demonstrando o Estado como resultado da luta de classes internas, como também o papel da burocracia, do contexto internacional ao qual, os Estados estão inseridos e mesmo da história individual de cada Estado e suas relações sociais e da cultura política que se forma dentro deles, afetam os resultados de suas decisões.

Para Fonseca (2015) o termo desenvolvimentismo tem dois tipos de utilização, de um lado está relacionado a formulação do pensamento (teórico e ideológico) e do outro relacionado a práticas políticas (Estado desenvolvimentista). Essa compreensão pode mudar completamente a interpretação sobre o conceito. Até meados do século XX o conceito teórico que predominava para interpretar o termo desenvolvimentismo era a visão conservadora de que as estruturas econômicas e sociais que se formaram na Europa, após a Revolução Industrial, eram elementares para angariar crescimento econômico, e que essas estruturas poderiam ser transplantadas a outros lugares do mundo. Um dos primeiros autores a trazerem o significado de desenvolvimento no sentido de crescimento econômico foi Adam Smith, que tentava entender as leis que regiam o progresso econômico, ao mesmo tempo em que as crises eram entendidas como redução do desenvolvimento (FONSECA, 2015).

Esse conceito teórico foi muito utilizado como uma justificativa ideológica dos países do centro de poder para intervirem e “tutelarem” os países da periferia durante o período de descolonização. Foi apenas na década de 1970 que esse termo passou a ter um significado ideológico de promoção da industrialização e superação da pobreza por meio do Estado, baseando-se na experiência histórica de autores Latino-Americanos promulgada pelos estudos

da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), assim ficou conhecido como “desenvolvimentismo” (FONSECA, 2015).

O ‘não desenvolvimento’, então, não mais se opunha antiteticamente apenas a crises cíclicas que conviviam com uma lógica de expansão e de progressividade, *mas à ausência, nos países latino-americanos, deste caráter de progressividade*, a sugerir uma diferença marcante ou estrutural na ordem econômica internacional. O ‘*não desenvolvimento*’ *passou inicialmente a ser visto como um problema associado a ‘atraso’*; mais tarde, na década de 1950, no pensamento cepalino, como um fenômeno histórico e estrutural: o subdesenvolvimento. Coube a Furtado (1961), neste processo de construção conceitual, formular de modo mais acabado o subdesenvolvimento como uma forma específica de desenvolvimento capitalista. Desenvolvimentismo, numa primeira aproximação conceitual, *é uma resposta para superar o subdesenvolvimento*. (FONSECA, 2015, p. 23, grifos do texto original).

Ao longo do século XX os países latino-americanos passaram por experiências políticas que depois foram classificadas como “Estados desenvolvimentistas”. Foi a partir dessas experiências que, no final do século XX, o conceito de desenvolvimento passou a ter um significado para além do crescimento econômico, incorporando um sentido ideológico de justiça social que por vezes era contraditório a ideia de crescimento industrial capitalista. Esse pensamento, no entanto, influenciou não apenas a América Latina, mas também toda a periferia do sistema internacional, de forma muito singular, o que pode ser observado pela abordagem sobre desenvolvimento nos diversos fóruns internacionais a partir dos anos 1970. O desenvolvimentismo passou a ser uma ação do Estado, o que pressupunha vontade política e planejamento, mesmo que nos casos concretos, esses dois elementos nem sempre andassem juntos, podendo o segundo ser posterior ao primeiro (FONSECA, 2015).

Nesse momento em que o desenvolvimentismo passa a ser uma política de Estado, ele também passa a ser debatido na seara internacional. Nos anos 1950 o tema desenvolvimento foi amplamente debatido por acadêmicos da CEPAL que acabaram revolucionando a forma de pensar o desenvolvimento nas relações internacionais. Prebisch foi o primeiro autor latino-americano que questionou a premissa liberal de uma tendência redução das desigualdades. A partir de análise estatística de preços, o autor chegou à conclusão que as desigualdades entre centro e periferia tinham uma tendência a aumentar devido a distribuição geopolítica de poder (WALLERSTEIN, 1984).

A pauta do desenvolvimento será refletida também na Guerra Fria, dando início aos primeiros debates internacionais sobre a real disputa internacional existir entre Norte e Sul (ou seja, países desenvolvidos e países subdesenvolvidos) e não entre Leste e Oeste. Os diálogos estritamente entre países da periferia se iniciam às margens da Guerra Fria, acompanhadas pelo processo de descolonização da Ásia e da África. Nesse período, muitos países principalmente na Ásia, estavam passando por problemas de demarcação de seus territórios, o

que leva uma aproximação direta com os vizinhos para buscar resolver esses problemas. As primeiras evidências pontuais de um diálogo bilateral entre países do Sul se dariam na Ásia, partindo da Tailândia e da China. Já os acordos multilaterais reconhecendo interesses e problemas comuns que orientariam a cooperação política entre países do Sul, começaram a ocorrer a partir do armistício entre Coreia e Indochina, na Conferência de Colombo, realizada em 1954, com a participação da Índia, Paquistão, Ceilão, Birmânia e Indonésia (PINO, 2014).

Sem dúvida, um marco fundamental para o estabelecimento de princípios conceituais, não apenas para resolver problemas pontuais, mas também para iniciar uma cooperação entre países do Sul foi a visita do primeiro-ministro chinês, Zhou En Lai, à Índia, em 1954, para resolução do conflito no Tibet. Nesse encontro, En Lai lançou os cinco princípios que orientariam a política da Coexistência Pacífica chinesa e que, mais tarde, influenciaram os debates da Conferência de Bandung(1955), da Resolução sobre Coexistência das Nações Unidas (1957) e do Movimento dos Países Não-Alinhados (1961) (PINO, 2014). Os princípios de coexistência pacífica chinês são: “i) o respeito mútuo da integridade territorial e da soberania; ii) a não agressão mútua; iii) a não ingerência mútua; iv) a igualdade e o benefício mútuo; e v) a coexistência pacífica.” (PINO, 2014, p.60).

Nesse sentido, a Conferência de Bandung (1955) teve importante papel na consolidação desses conceitos, no qual, pela primeira vez, os países da periferia se reuniam para um diálogo direto, no qual se estabeleceram valores, princípios e ideias comuns que depois seriam a base para a cooperação entre eles (PEREIRA, MEDEIROS, 2015). Aproximadamente 29 países (africanos e asiáticos) e 30 movimentos de libertação nacional estiveram presentes nessa primeira conferência, realizada na Indonésia, onde estabelecem uma lista de recomendações para ampliar o peso e a influência dos países em desenvolvimento no sistema internacional (PINO, 2014). Bandung dá início a valorização das relações entre países da periferia, bem como marca a pressão da periferia para inserir os temas políticos de seu interesse nos fóruns internacionais, o que ficou conhecido como espírito de Bandung (PEREIRA, MEDEIROS, 2015).

Entre os pontos promulgados nessa conferência podemos destacar alguns que são muito parecidos aos preceitos dos BRICS, como: o respeito à Carta das Nações Unidas; respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações; não intervenção e não-interferência em assuntos internos de outros países; soluções pacíficas em conflitos internacionais; promoção de interesses mútuos de cooperação; respeito à justiça e às obrigações internacionais. Assim, o espírito de Bandung começou a se ampliar ganhando mais

peso na Assembleia Geral das Nações Unidas, em que os países da periferia eram a maioria (PINO, 2014).

Apesar da Conferência de Bandung ser um marco que permeou os debates sobre as relações da periferia, a década de 1970 foi o auge dessas relações, com a realização da Conferência de Buenos Aires (1978), no qual foi criado um plano de execução dos projetos de cooperação. No entanto, com as crises do petróleo da década de 1970 e a mudança de políticas fiscais dos Estados Unidos, houve o rompimento das políticas de câmbio fixo norte-americanas, levaram a um aumento das taxas de juros que atraíram os investimentos de volta aos Estados Unidos e causaram um aumento das dívidas públicas da periferia. Assim, a partir da década de 1980 diversos países do Sul, em especial da África que acabavam de se tornar independentes, passaram por um processo de crise econômica, o que gerou a estagnação das articulações Sul-Sul. Apesar da estagnação, no entanto, elas continuaram existindo em paralelo às reuniões das Nações Unidas, em especial da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) criada em 1964 (PINO, 2014; TAVARES; MELIN, 1997).

O fim da União Soviética, associada à mudança de política dos Estados Unidos (do dólar fixo para o dólar flexível) que provocou uma crise de endividamento externo nos países da periferia. O que pressionou os países do Sul, que passaram a se preocupar mais com problemas internos que com a cooperação internacional. A década de 1990 foi marcada então, por uma perspectiva de que os Estados eram ineficientes e que o livre mercado era necessário, as relações multilaterais ocuparam um papel de auxiliar nessa liberalização. O poder nos países do Sul em virtude dessa pressão, passava para as mãos de governos identificados com políticas liberais, em especial no Brasil, na Rússia e na Índia. A África do Sul iniciou o processo de fim negociado do regime do *apartheid*, o que representava manutenção de alguns privilégios da elite branca e, conseqüentemente, a liberalização de alguns setores. A China, com o fim da bipolaridade, perdia a atratividade para relações especiais com os Estados Unidos, que passaram a pressionar para a liberalização.

No entanto, o fim dos anos 1990 marcou a decepção com os resultados da liberalização. Crises financeiras no México e na Ásia, crise da dívida externa na América Latina e África que leva os países a recorrerem ao FMI, ampliação da desigualdade e política unilateral dos Estados Unidos e da Europa em invasões militares ao mesmo tempo em que protegiam seus mercados agrícolas, deixaram cada vez mais evidente a relação de subjugo do Sul. O início do século XXI marca o retorno dos questionamentos sobre as reais intenções do centro quanto a promoção do desenvolvimento na periferia por meio do CAD da OCDE e

pelas instituições de Bretton Woods. Junto aos questionamentos, no entanto, reemerge também a necessidade de fortalecer as relações Sul-Sul como forma alternativa de desenvolvimento, dando início a um novo ciclo de aproximação na I Cúpula do Sul Global em Cuba, em 2000 (PINO, 2014). Apesar da intenção de aproximação ser a mesma, a conjuntura internacional se modificara, a dependência externa dos mercados financeiros tornara-se premente.

Dessa forma, a posição dos países da periferia torna-se menos reativa ao Norte ao mesmo tempo em que está mais preocupada com a institucionalização das relações. Em poucos anos cresce o número de grupos de geometria variável que buscam estabelecer pressões em temas específicos nas relações com o Norte. Assim, não é possível desvincular o surgimento dos BRICS de uma reavaliação dos debates sobre as relações Sul-Sul, desenvolvimento do Sul e o papel do multilateralismo nessas iniciativas que se deram nos anos 2000. A forma como cada país compreende esses conceitos vai modificar sua forma de atuar no âmbito internacional, porém o fato, como foi apresentado, é que os cinco BRICS têm forte vínculo com esses temas, nos quais buscam convergir. Por isso, o debate do capítulo seguinte buscará entender dentro da política externa de cada um dos BRICS como se articularam esses elementos nessa nova configuração adotada no século XXI.

#### **4 CONTENÇÃO DOS BRICS: REAÇÃO DO CENTRO HEGEMÔNICO?**

Para Fonseca Júnior (2013) as análises das ações dos BRICS devem ter duas dimensões, uma para as ações voltadas para dentro do grupo e uma para as ações voltadas para fora do grupo. A dimensão dos BRICS voltada para fora está relacionada a sua atuação coordenada no ambiente internacional, utilizando o bloco como plataforma para fazer propostas e reivindicações em organizações internacionais, principalmente no tocante a temas financeiros, como é o caso da criação do Novo Banco dos BRICS, do arranjo de reservas e da reivindicações por reformas no CSNU. Essa é a dimensão mais evidente, pois é geralmente a mais destacada pelos analistas. A dimensão voltada para o interior do grupo visa explorar as “afinidades naturais” dos BRICS relacionadas às possibilidades de aproximação pela cooperação em áreas como saúde, cultura, educação, energia e temas judiciais. Essa dimensão é a menos evidente, uma vez que os cinco países são muito diferentes em termos culturais, linguísticos e históricos e será abordada nesse capítulo.

Como visto anteriormente, a ordem internacional se estabelece em ciclos de longo prazo. O surgimento dos BRICS ocorreu em um momento no qual culminava a crise financeira internacional e a legitimidade da liderança dos Estados Unidos estava muito abalada abrindo espaço para a liderança de novos atores. Além disso, a descoberta de reservas de petróleo no Atlântico Sul, atraíram as lideranças do BRICS a formarem um bloco no século XXI. Logo em seus primeiros dez anos de existência, o bloco se expandiu institucionalmente, politicamente e economicamente, ampliando seus laços entre si e com o exterior.

A partir da análise documental, identificamos três elementos chaves para a convergência desse bloco: desenvolvimento, Cooperação Sul-Sul e multilateralismo. Esses três elementos constitutivos dos BRICS se entrelaçam e unem o bloco em torno de uma pauta de identidade e convergência, como visto no capítulo anterior. As divergências dentro do grupo geralmente se dão pela diversidade histórica e o próprio fato de serem países da periferia do sistema que ainda possuem relações de dependência estrutural com o centro do poder. É inegável, no entanto, que entender os debates que envolvem esses conceitos para depois analisar a conjuntura de cada país, entendendo como especificamente eles se alinham a suas políticas externas é algo essencial.

##### **4.1 Conjuntura Política do Brasil**

Para Fonseca Júnior (2014) a política externa brasileira está galgada na aceitação do multilateralismo como forma de ação diplomática desde a Primeira República do Brasil e esse elemento tem sido uma constante desde então. As temáticas abordadas e suas ênfases, no entanto, variaram ao longo do tempo dependendo das condições internas e internacionais do país. No período da redemocratização, elementar para o debate sobre os BRICS, que se inicia em 1985<sup>8</sup>, o país teve uma importante atuação em três temas principais: a reforma do CSNU, meio ambiente e direitos humanos. Além disso, a política brasileira foi pautada pela *autonomia pela participação*, ou seja, buscando participar de diversos diálogos internacionais afim de galgar melhores posições ao Brasil.

Nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul (CSS) tem lugar especial. Apesar de ela sempre permear a política externa brasileira, ela teve papel de destaque e ênfase em três momentos específicos devido ao contexto interno e internacional: na década de 1950, com a “Política Externa Independente” iniciada pelo presidente Jânio Quadros, ela entrou na pauta política brasileira, mas se limitando a uma retórica política que visava a diversificação de parceiros políticos brasileiros; na década de 1970, com a política de “Pragmatismo Responsável” de Ernesto Geisel, evitando debates políticos devido a questões da Guerra Fria, a ênfase na CSS buscava ampliar os parceiros comerciais do Brasil e uma posição mais autônoma no sistema; por fim, nos anos 2000, com a “Diplomacia Ativa e Altiiva” de Lula, na qual a cooperação teve uma união do discurso político com a ampliação de acordos de ajuda e cooperação (LEITE, 2011).

A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) a presidência do Brasil marcou um série de mudanças na política externa do país, porém também muitas continuidades em relação ao seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Para Cervo (2003) o país ingressava em um novo paradigma devido a diferente visão política não apenas do Brasil, mas de grande parte dos países da América Latina sobre a conjuntura internacional. Com as ações unilaterais dos Estados Unidos e a as frequentes crises financeiras, que empurravam 43% da população latino-americana para a pobreza, as bases da teoria neoliberal começaram a ruir entre a opinião pública do continente. Assim, ao assumir a presidência, Lula e sua equipe buscaram uma maior autonomia decisória brasileira nas relações internacionais, porém levando em consideração os efeitos da globalização. Para isso, apostaram na promoção do Estado dos interesses dos diversos setores sociais brasileiros como: agricultores, empresários,

---

<sup>8</sup> A redemocratização se inicia a partir da eleição indireta de Tancredo Neves, que não chegou a assumir a presidência devido a problemas de saúde que logo levaram a seu falecimento. Quem assume a presidência, então, foi o vice em sua chapa, José Sarney.

operários e consumidores. A ideia era atenuar a dependência tecnológica e financeira brasileira exacerbada durante a década de 1990, reduzindo a vulnerabilidade externa, no entanto, também fornecendo apoio logístico aos empreendimentos públicos e privados para torná-los mais competitivos internacionalmente (CERVO, 2003).

No entanto, há mais convergências que divergências da política externa brasileira nesse período (FONSECA JUNIOR, 2014). Entre os elementos de continuidade da política externa brasileira podem ser destacadas as políticas de: multilateralismo, regionalismo e estabilização econômica (LEITE, 2011). Lula buscou fortalecer e ampliar de forma acentuada os mecanismos iniciados por Cardoso em programas sociais nacionais, bem como os mecanismos regionais de cooperação (FONSECA JÚNIOR, 2014). Porém, diferente de Cardoso que via esses elementos como essenciais para fortalecer as relações do Brasil com o Norte e promover a liberalização econômica do país, Lula interpretou a ordem internacional como multipolar e utilizando desses elementos e sua forte proatividade para dar nova ênfase aos mecanismos de Cooperação Sul-Sul. Essa nova perspectiva ficou conhecida como “Política Externa Ativa e Altiva”, cunhada pelo Chanceler Celso Amorim que permaneceu a frente do ministério durante todo o período (2003-2010) (LEITE, 2011). Paulatinamente a posição brasileira no conselho de segurança e nos órgãos multilaterais passou a convergir com a maioria dos membros, não se limitando a convergência com os Estados Unidos, tal mudança levou a uma aproximação das votações brasileiras as votações russas (FONSECA JUNIOR, 2014).

Face ao fortalecimento da Europa, com a criação do euro, ao crescimento da Rússia e de diversos países em desenvolvimento (em especial da China), Lula entendia que o sistema estava em um momento de crescente multipolaridade e que esse panorama, aliado a crescente desilusão do Sul quanto às políticas unilaterais dos Estados Unidos, reforçaram a ideia de que um equilíbrio de forças externo poderia beneficiar os interesses de desenvolvimento do Brasil. Assim, além de participar dos debates multilaterais, o Brasil passaria a ter um papel ativo nas relações internacionais ampliando suas parcerias, o que foi chamado de “protagonismo engajado” (LEITE, 2011). Não apenas em termos de relações econômicas e políticas, mas em termos de poder, Lula passou a investir em meios de poder e elaborar alianças que trouxessem vantagens comparativas tangíveis e intangíveis (CERVO, 2003). As pautas que marcaram seu período foram: a busca incisiva por um acento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a busca por um acordo favorável aos países em desenvolvimento na Rodada de Doha da OMC e a busca por mediação para utilização e desenvolvimento nuclear (LEITE, 2011; FONSECA JÚNIOR, 2014).

A combinação dessas pautas fez com que houvesse a construção narrativa por parte do governo de que, uma vez que o Brasil enfrentava diversos problemas de cunho social, poderia, por meio da solidariedade, auxiliar outros países do Sul para resolver problemas de forma conjunta. Assim, a Cooperação Sul-Sul voltou a ordem do dia na política externa brasileira, com base nos temas de combate a fome e a pobreza utilizando como justificativa essa solidariedade necessária do Brasil em relação aos demais países. A justiça social e a solidariedade tornaram-se não somente pauta, mas também instrumento da política externa brasileira de reaproximação e intensificação das relações com a África. A busca por um acento permanente no CSNU incorreu em uma maior proatividade do Brasil na ONU, principalmente após assumir a chefia da missão de paz no Haiti (MINUSTAH) e ao tentar intermediar um acordo nuclear do Irã com o Ocidente. Também a zona geoestratégica brasileira foi ampliada passando a incluir América do Sul e África, que também foram as regiões prioritárias nas ações de cooperação brasileira (SUYAMA; WAISBICH; LEITE, 2016). Embora o Norte tenha mantido suas parcerias econômicas com o Brasil, o Sul foi ganhando destaque e ampliando seu espaço. Na OMC o Brasil buscou se articular junto ao G20 em prol de conseguir acordos mais favoráveis ao Sul (países geralmente agroexportadores) para conseguir derrubar medidas protecionistas dos Estados Unidos e União Europeia (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2009).

Uma vez que a cooperação brasileira tem um financiamento limitado em comparação com países do Norte, é característico do país focar suas ações em determinados temas aos quais considera que terão maior efeito. Nos relatórios de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Cobradi) promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do governo brasileiro, o foco do país em ações de cooperação técnica, cooperação científico tecnológica, cooperação humanitária e cooperação educacional ficam claros (BRASIL, 2013b; BRASIL, 2014d; BRASIL, 2018c).

Já Dilma Rousseff (2011-2016), apesar de pertencer ao mesmo partido de Lula, o Partido dos Trabalhadores, não teve um panorama internacional favorável, o que se refletiu também na nomeação de três chanceleres durante seu governo: Antônio Patriota (2011-agosto 2013), Luiz Alberto Figueiredo (agosto 2013-dezembro 2014) e Mauro Viana (2015- maio 2016). Houve uma queda no preço das *commodities* internacionais que incidiram nas exportações brasileiras, além de uma mudança na política de juros dos Estados Unidos, que contraíram os investimentos no Sul. Para manter as políticas de estabilidade fiscal, o governo realizou vários cortes de gastos que afetaram também o MRE e as cooperações promovidas pela Agência Brasileira de Cooperação. Além disso, Dilma teve uma diplomacia presidencial

muito mais modesta em relação a Lula, porém, como aponta Suyana, Waisbich e Leite (2016), apesar de seu antecessor ter deixado diversas parcerias “engatilhadas”, foi no seu governo que foram realizados os programas de maior peso internacional, por exemplo, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo de Reservas dos BRICS foram elaborados e entraram em prática durante sua gestão.

Houve, no entanto, uma mudança narrativa da política externa, na qual os argumentos de solidariedade internacional foram deixados de lado, para se focarem em parcerias que abrissem as portas para a realização do comércio brasileiro. Assim, o tema do desenvolvimento ganhou maior destaque em detrimento da fome e combate a pobreza, passando a pautar a cooperação do país. Nesse contexto o BRICS tornou-se um importante instrumento de diálogo brasileiro. Para driblar a falta de recursos e a crise econômica, as ações foram focadas em parcerias trilaterais e multilaterais que tivessem investimento externo (SUYANA; WAISBICH; LEITE, 2016).

A crise internacional passou a afetar fortemente os países em desenvolvimento a partir de 2012. No Brasil, a crise econômica externa foi somada as políticas internas vacilantes de Dilma, resultando em uma forte crise política que ficou evidente nos protestos de Julho de 2013. Apesar da forte oposição, Dilma conseguiu se reeleger em 2014 com 54 milhões de votos, porém, no Congresso enfrentou forte oposição. Uma vez que o governo não conseguiu formular propostas assertivas durante os dois primeiros anos, a oposição no Congresso, aliada ao vice-presidente, articularam a deposição da presidente por um processo de *impeachment* que teve início em maio de 2016, com o afastamento da presidente, e conclusão em agosto de 2016, quando o então, vice-presidente Michel Temer (do partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB), assume o posto de presidente da república.

O processo, apesar de constitucional e de manter o Brasil como um regime democrático, foi traumático para a política interna, pois o país ficou politicamente polarizado, o que se refletiu na política externa do país. A pasta do MRE foi assumida novamente pelo partido que era oposição ao governo Dilma e Lula, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), capitaneado por José Serra (maio de 2016 – fevereiro 2017) e Aloysio Nunes (fevereiro 2017 – dezembro 2018).

No seu primeiro comunicado ao Itamaraty, Serra estabeleceu dez princípios que seriam as bases da política externa de Temer, marcando especialmente o primeiro item como a “desideologização” da pasta, isto é, apontando para a manutenção da polarização política e para a busca por diferenciar-se das diretrizes anteriores. Dentro os elementos de manutenção da política anterior, poderemos destacar a permanência: do princípio de não-ingerência e de

defesa da liberdade e dos direitos humanos; bem como a pauta ambiental, garantindo a manutenção das pautas climáticas e do desenvolvimento sustentável; além disso, os BRICS são considerados parceiros comerciais em potencial, principalmente o papel da China como capital investidor em infraestrutura brasileira. Porém, as mudanças em relação ao governo anterior foram também acentuadas, como: maior atenção no bilateralismo em detrimento do multilateralismo (principalmente dentro da OMC); um foco mais acentuado no comércio; o regionalismo voltado a favorecer o livre comércio regional, que agora além da América do Sul passou a incluir o México; o foco na intensificação das relações com Estados Unidos, Europa e Japão, visando principalmente fazer acordo de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia; e, por fim, o fortalecimento da segurança na fronteira contra ações criminosas do tráfico de drogas e armas. A África deixou de ser prioridade, e o governo passou a procurar a viabilidade de fechar alguns embaixadas.

Apesar da mudança de governo, no entanto, os temas centrais da política externa mantiveram-se relativamente estáveis, com certos nuances negativos principalmente sobre a Cooperação Sul-Sul. O país seguiu tentando ser uma “ponte” intermediadora internacional, ganhando assim prestígio internacional, apesar da crise financeira que ampliou o desemprego e levou o Brasil a uma retração nos avanços sociais.

#### **4.2 Conjuntura Política da Rússia**

A Rússia é um elemento entre os BRICS que causa grandes divergências entre acadêmicos sobre a classificação do agrupamento devido a sua posição histórica. O surgimento do Estado russo remonta ainda o Império Russo que tinha imensas dimensões e fortes contenciosos com os vizinhos da Europa, Ásia Central e Japão para manter sua integridade territorial. Após a Revolução Russa de 1917, o país sofreu uma imensa reviravolta, passando a construir o primeiro regime socialista na União Soviética (URSS). Durante o período soviético o país viveu um processo de promoção do desenvolvimento orientado pelo Estado, a partir de planos quinquenais (VISENTINI, 2017b). O desmantelamento da União Soviética na década de 1990 marca um ponto de inflexão da política russa que se volta para o Ocidente e passa por um processo de periferização tardio, provocado pelas políticas de “terapias de choque”. No entanto, a crise Ucraniana e a ascensão da China e da Índia na Ásia, marcam um novo olhar Eurasiano da Rússia.

A política externa russa devido as grandes dimensões do país esteve marcada por uma dualidade de aproximação, Ocidental ou Eurasiana. Apesar de ter passado por um processo de

industrialização tardio em relação à Europa, no pós-Segunda Guerra o país alcançou patamar de grande potência, o que representava um alto desenvolvimento, e tornou-se o maior opositor dos Estados Unidos na Guerra Fria, acumulando grande arsenal nuclear. Em uma perspectiva de manter sua integridade territorial, o país optou por um longo período a se voltar para seu próprio desenvolvimento, manteve uma posição defensiva em relação aos Estados Unidos. O fato da União Soviética nunca ter sido colonizada e muitas vezes colocar seus interesses nacionais a frente dos interesses revolucionários fez com que ela fosse percebida com desconfiança pelos países do terceiro mundo na década de 1950. Porém, ao longo da Guerra Fria, os soviéticos fizeram forte oposição ao imperialismo europeu, auxiliando diversos movimentos africanos e asiáticos de libertação que resultaram nas suas independências.

Apesar da desconfiança, seu papel nas independências e na concessão de ajuda internacional foi inegável (WESTED, 2007). Em 1991, no entanto, a União Soviética se desintegrou após a saída da Rússia e de outras catorze repúblicas, que passaram por um processo de liberalização capitalista das chamadas “terapias de choque”. As terapias de choque foram medidas econômicas que visavam a modernização da Rússia por meio de medidas de liberalização econômica. Yeltsin acreditava que por meio delas poderia se aproximar do Ocidente, no entanto, o resultado foi o aumento das máfias e oligarquias e a integração da Rússia em uma posição de subjugo no capitalismo que ampliou a atuação de atores extra-regionais em suas zonas de influência.

As teses geopolíticas sobre a importância geoestratégica da Ásia Central remontam o alemão Friedrich Ratzel (1844) a qual pregava que o controle da região seria essencial para o domínio do poder mundial. Tal teoria volta à pauta das potências com o livro “O Grande Tabuleiro Mundial” promulgada por Zbigniew Brzezinski (1998), argumentando que o controle da região era essencial para a manutenção do poder global, em especial para reduzir a influência russa na região. Assim, os anos 1990 foram emblemáticos para a Rússia<sup>9</sup>. A Guerra da Bósnia (1992-1995) e a Guerra do Kosovo (1998-1999) deixam claro que a Rússia seria tratada como uma parceira menor entre os países ocidentais. Aliado a isso, o país passou por

---

<sup>9</sup>A estratégia da mudança de regime (do inglês *regime change*) foi utilizada pelos Estados Unidos, principalmente a partir da década de 1990, para exercer influência política e econômica em zonas consideradas estratégicas. Essa estratégia consistia em financiamento e formação política de grupos opositores aos governos estabelecidos nessas regiões, que tinham como objetivo causar instabilidade política e estabelecer um novo governo nessas regiões que fossem alinhados aos Estados Unidos por meio do argumento pró-democrático. Essa estratégia foi amplamente aplicada a Europa Oriental na década de 1990, nas chamadas «Revoluções Coloridas» e passa a ter novos contornos nos anos 2000 (BANDEIRA, 2014; BANDEIRA, 2016). Alguns autores como Korybko (2015) argumentam que na segunda década dos anos 2000, essa estratégia foi aprimorada e mesclada com um novo tipo de guerra assimétrica o que inaugurou a teoria das «Guerras Híbridas», elemento teórico que ainda está sendo discutido no âmbito acadêmico.

diversas crises econômicas, em especial em 1998, devido as políticas liberais de Yeltsin, o que reativou conflitos na Chechênia e fortaleceu as oligarquias e a máfia no país. Esses elementos fazem com que em 1996 o país faça suas primeiras declarações da defesa de um mundo multipolar e começasse a caminhar para o retorno de uma política externa proativa na região (ADAM, 2011).

Nesse sentido, a eleição de Vladimir Putin à presidência do país nos anos 2000 marcou uma guinada na política interna e externa do país. No plano interno, logo no início de seu governo, Putin retomou a administração pública para uma estrutura vertical e de concentração do poder, afim de enfraquecer a máfia e as oligarquias que se proliferaram nos anos 1990. Já no plano externo, o presidente buscou uma visão pragmática na qual a Rússia buscava autonomia nas decisões internacionais ao passo que reassumiria sua posição natural de liderança respeitada. Dessa forma, a retomada da influência russa no espaço pós-soviético era essencial, não apenas por questões securitárias, mas também pelos vínculos históricos e econômicos que existem na região. (ADAM, 2011).

Com Putin também a percepção russa sobre a conjuntura do sistema passa por mudanças. A ascensão do oriente, liderado pela China e pela Índia, era perceptível, ao passo que os Estados Unidos e a Europa permaneciam com superiores capacidades políticas, econômicas e militares. Nesse contexto, a melhor configuração do sistema para que a Rússia mantivesse sua autonomia e liderança era a multipolaridade. Portanto, o governo passa a buscar o reforço das organizações multilaterais, principalmente voltadas a Ásia (ADAM, 2011). Assim a ideia dos BRIC inventada por O'Neill apresentou-se como uma alternativa para a Rússia reajustar sua política externa para uma configuração não-Ocidental e de simetria variável, que a aproximaria dos países líderes em crescimento econômico dessa nova ordem, o que poderia lhe garantir ganhos políticos. Além disso, essa parceria poderia passar a imagem de que os russos estariam se voltando ao horizonte global e não se limitando ao âmbito regional (LUKYANOV, 2013).

Porém, voltar a uma posição de autonomia e liderança só seria possível pelo controle da extração e distribuição dos recursos energéticos russos. Atualmente a Rússia é a terceira maior produtora de petróleo, produzindo cerca de 11,2 milhões de barris por dia, e a segunda maior produtora de gás, com 23,5 trilhões de metros cúbicos (EIA, 2017). Esses recursos, no entanto, são essenciais para o funcionamento de sua economia. Devido ao período soviético, muitos gasodutos e oleodutos que escoam a produção para o mercado consumidor europeu passam por países vizinhos. Assim, a economia russa depende de uma boa relação regional que envolve três elementos: maior atenção a Comunidade de Estados Independentes (CEI),

evitar a presença de potências extra regionais e evitar a proliferação de grupos extremistas nas comunidades tribais da Ásia Central.

Alexander Lukin (2016) afirma que o ano de 2014 marcou um ponto de inflexão da política externa russa. Após o fim da URSS, Moscou tentou manter uma relação de cooperação próxima de Washington (apesar dos desentendimentos sobre alguns temas), diante das declarações norte-americanas de que não expandiriam a OTAN para o leste. A crise da Ucrânia iniciada em 2014, foi a ponto final dessas iniciativas. A Ucrânia é um país muito estratégico para a Rússia, concentrando cerca de 70% dos gasodutos que se destinam a Europa. A tentativa de expansão da União Europeia e conseqüentemente a OTAN para esse país, deixam claro que Washington não queria apenas uma parceria, mas também se impor militarmente frente à Rússia, ameaçando uma zona historicamente aliada. Assim, 2014 marcou uma virada definitiva da Rússia para a Eurásia.

Mesmo antes a “virada Euroasiática” a Rússia já estava se voltando ao Oriente, marcando sua presença em parcerias multilaterais na Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Também buscou reforçar sua zona de influência junto aos países da Comunidade de Estados Independentes, propondo inclusive mecanismos de segurança e união aduaneira. Diferente dos demais BRICS que se identificam com a Cooperação Sul-Sul e se autoproclamam países em desenvolvimento, a Rússia se considera apenas uma apoiadora desse tipo de cooperação. Mesmo que nos últimos vinte anos o país tenha apresentado problemas devido a queda da URSS, seus problemas em termos de desenvolvimento não são semelhantes aos outros países do BRICS. Assim, veem nesse agrupamento uma oportunidade não de desenvolvimento, mas de promoção da modernização, elemento esse que é um dos grandes objetivos da política externa do país (LUKYANOV, 2013). Rússia tem parâmetros próprios de cooperação. Suas políticas estão vinculadas tanto ao fortalecimento de seu *soft power* quanto a busca pelo desenvolvimento sustentável da Eurásia. Isso explicaria por que em meio a crise de 2008 - na qual o PIB russo decresceu para 7,8% negativos, em 2008 - esse país aumentaria 3,5 vezes sua cooperação para o desenvolvimento da CEI. Assim a cooperação internacional para o desenvolvimento passou de US\$100 milhões em 2004 para US\$876 milhões em 2014 (LARINOVA et al, 2016, p.64).

Em documento oficial sobre as diretrizes de política externa russa de 2016, o governo expressa sua preocupação quanto ao contexto internacional após 2015 e marca uma posição mais assertiva. Um ponto relevante que causou inflexão nas políticas foi a Crise Ucraniana, mas também da Guerra da Síria.

61. Os problemas sistêmicos acumulados nos últimos 25 anos na região euro-atlântica, que desembocaram na expansão geopolítica da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) e na renúncia em executar as declarações políticas sobre a implementação de um sistema pan-europeu de segurança e cooperação, provocaram uma grave crise nas relações entre Rússia e os Estados Ocidentais. A política de contenção que Estados Unidos e seus aliados estão aplicando com respeito a Rússia (pressão política, econômica, informacional e de outros tipos) socava a estabilidade regional e global, prejudicando os interesses de longo prazo de todas as partes, contradizendo a atual necessidade cada vez maior de cooperação e de resposta aos desafios e ameaças transnacionais. (RÚSSIA, 2016, tradução nossa).

Fica claro que após mais de uma década de tentativas de aproximação do Ocidente após o fim da URSS, os russos entendem que serão sempre um parceiro secundário. Nesse sentido, a emergência da Ásia nas relações internacionais, torna-se uma nova oportunidade de inserção russa dentro de sua estratégia de autonomia internacional. Nos documentos de política externa do país, no entanto, fica evidente a percepção russa de que as potências ocidentais, Estados Unidos e Europa, não querem alterar o *status quo* e estão atuando de forma a instabilizar o sistema. Sabendo que o projeto de contenção da Rússia por parte do ocidente é antigo, essa nova percepção de ameaça fez com que os russos se voltassem mais para a parceria com a China e com a Índia, apesar de suas divergências locais, o que reverbera aos BRICS.

### 4.3 Conjuntura Política da Índia

A entrada da Índia no BRICS é de certa forma encarada com certo espanto por alguns especialistas. Uma das razões se dá pelas divergências existentes principalmente entre China e Índia na região do Sul da Ásia. No entanto, o papel fundamental da Índia na constituição de uma agenda do Sul Global ainda nos anos 1950 e sua necessidade de manter um ambiente pacífico propício ao desenvolvimento, são elementos importantes para explicar esse fenômeno e por que até o presente momento a presença desse país tem contribuído para o crescimento do grupo e não para seu enfraquecimento como esperavam os céticos.

A Índia é um país multicultural, multireligioso e poliglota, que passou pela colonização da Inglaterra que durou do século XVIII até 1947 quando tornou-se a maior democracia do mundo. Quando o colonialismo acabou e a Índia tornou-se independente, o país teve seu território dividido com o Paquistão (onde até os dias atuais há litígios fronteiriços). A Índia, então, constrói seu Estado em um ambiente adverso, caracterizado pelo sistema internacional bipolar, no qual o sudeste asiático e a Ásia central foram palco de intensos conflitos. O primeiro-ministro Jawaharlal Nehru (1947-1964) teve uma importante

atuação para as fundações da base econômica e ideológica do país. Seu modelo econômico tinha como objetivo a autossuficiência e a independência econômica, para isso adotou políticas de planificação estatal buscando uma proposta de independência através da industrialização promovida pelo Estado. O governo adotou o modelo socialista como guia de reformas institucionais, promovendo uma política externa autônoma. Nehru teve um importante papel na fundação e consolidação do Movimento dos Não Alinhados (MNA) que visava, no campo político estratégico, a criação de uma terceira via de relações internacionais sem o alinhamento com as grandes potências (VIEIRA, 2013). Uma vez que um dos quesitos do MNA era evitar a nuclearização da região, o país acabou se descuidando do quesito militar, o que tornou a vitória chinesa no conflito da Caxemira, em 1962, um ponto de inflexão para o retorno ao investimento em defesa<sup>10</sup>. O país seguiu participando do MNA, porém ele se tornaria mais retórico a partir dali (GANGULY; PARDESI, 2009). Dos acordos de paz com a China surgiram os “Cinco elementos da coexistência pacífica”, elementos esses que seriam a base da Conferência de Bandung e do surgimento da Cooperação Sul-Sul (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). No âmbito da cooperação econômica para o desenvolvimento a Índia foi um importante ator na criação do Grupo dos 77 (G77) que atua as margens da ONU (BASRUR, 2017). Esses movimentos foram de grande importância para o fortalecimento das relações Sul-Sul em seus primeiros esforços de existência (PEREIRA; MEDEIROS, 2015).

Após a morte de Nehru, sua família seguiu tendo um papel político relevante, bem como seu partido, o Partido do Congresso. Desde então, o país foi passando por medidas de liberalização econômica (VIEIRA, 2013). Os altos investimentos em defesa foram seguidos pela Guerra com o Paquistão (1971) que deu origem a Bangladesh e levou um país a uma crise (GANGULY; PARDESI, 2009). Em 1973 e 1979 houve as crises internacionais do petróleo e o colapso de Bretton Woods que, ao contrário do resto do mundo, levaram ao rompimento dos laços coloniais da rúpia com a libra esterlina e ao aumento na exportação de mão de obra e de produtos agrícolas aos países exportadores de petróleo do Oriente Médio. No entanto, as propostas de liberalização radical adotadas nos anos 1980, a queda do seu maior parceiro comercial, a União Soviética, e ao novo aumento dos preços do petróleo levaram o país a uma grande instabilidade política e econômica (VIEIRA, 2013; GANGULY; PARDESI, 2009).

---

<sup>10</sup> A Índia começa a desenvolver seu programa nuclear e em 1974 faz seu primeiro teste nuclear. Em consequência disso, o país passa a ser alvo de sanções econômicas internacionais (GANGULY; PARDESI, 2009).

Essa nova crise foi atribuída a falta de modernização e a forte intervenção do Estado no desenvolvimento, assim, foram implementados os projetos de liberalização da economia indiana. Houve também uma inflexão na perspectiva da política externa indiana: o país deixou de buscar uma via alternativa, para buscar um espaço de maior importância dentro da ordem internacional (BASRUR, 2017). Assim, nos anos 1990, os Estados Unidos ganharam maior espaço no mercado indiano, principalmente no ramo de defesa. A Índia foi a líder na importação de armas entre 2010-2014, esse ramo é dominado pela Rússia, mas o governo indiano tem balanceado suas compras com produtos norte-americanos (BASRUR,2017) .

Os testes nucleares de 1998 aumentaram as expectativas de o país se tornar uma potência do século XXI, ao mesmo tempo em que levaram a sanções econômicas por parte dos Estados Unidos (VIEIRA, 2013). Tais testes pressionaram os Estados Unidos pra que tentasse um acordo de entrada do país no Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), o que não aconteceu, mas a Índia conseguiu o direito de comercialização nuclear (BASRUR, 2017). No entanto, os testes acirraram mais a rivalidade com o Paquistão e reforçaram um nacionalismo hindu, estimulado pelo partido no poder, o Bharatiya Janata Party (BJP). Do ponto de vista econômico, no entanto, o partido seguiu uma linha reformista pois, não conseguiu completar o processo de liberalização (VIEIRA, 2013). Para Ganguly e Pardesi (2009) a preocupação dos Estados Unidos de Clinton com o tratado nuclear era tão grande que o tema ofuscou o fato de os Estados Unidos estarem com uma balança comercial mais favorável para a Índia, o que auxiliou em um crescimento do país nos anos 2000. Essa preocupação se devia ao fato de estar surgindo ali uma nova iniciativa de contenção da China pela aliança entre Estados Unidos e Índia (BASRUR, 2017).

Em 2004 quando Monmohan Singh assume (Partido do Congresso), busca uma política distributiva, uma vez que a situação de violência social e desigualdade alcançavam patamares preocupantes. Em seu segundo mandato conseguiu ampliar as políticas de emprego da população, porém, enfrenta dificuldades com a dívida pública do país, o que dificulta o investimento em infraestrutura (VIEIRA, 2013). No fim dos anos 1980 iniciou-se a reaproximação entre China e Índia a fim de manter a paz na região e promover o desenvolvimento. Assim desde a década de 1990 o país sabiamente buscou balancear as relações entre Estados Unidos e China (VIEIRA, 2013). Afim de reduzir as desconfianças com a China, os dois países tem feito exercícios militares conjuntos, o que fez a Índia parar em 2007 com os exercícios militares conjuntos com Japão e Estados Unidos em virtude das reivindicações chinesas (GANGULY; PARDESI, 2009; BASRUR, 2017).

As ideias de autonomia nas decisões internacionais seguiram sendo linhas mestras da política indiana. Nesse sentido a parceria dos BRICS é mais um exemplo dos diversos fóruns que esse país passou a participar afim de reduzir sua dependência e estabelecer uma nova rede de poder emergente. É importante ressaltar, no entanto, que alguns analistas acreditam que a Índia estava melhor colocada no IBAS, uma vez que nesse bloco teria mais possibilidade de atuar junto a países com padrões de desenvolvimento mais próximos de sua realidade (SAHNI, 2013). Mesmo nesse grupo, no entanto, a Índia tinha algumas divergências, principalmente em questões fundamentais como a questão da agricultura. Oliveira et al. (2009) ao analisar a atuação do IBAS na OMC observa que o posicionamento da Índia, principalmente no que concerne a retirada de proteções agrícola, é mais resistente que os outros países. Tal fato deixa evidente que mesmo com o período de liberalização da década de 1990, o Estado na Índia segue tendo um papel de proeminência na economia (OLIVEIRA, ONUKI, OLIVEIRA, 2009).

Apesar dos resultados positivos, Manmohan Singh perdeu sua força nos últimos anos abrindo espaço para o partido Bharatiya Janata Party (BJP) com Narendra Modi (2014-presente), caracterizado por ser um partido nacionalista hindu o que gera uma certa instabilidade religiosa no país<sup>11</sup>. Quando Modi foi eleito havia muita expectativa quanto a sua política externa, uma vez que seu partido pratica a *Hindutva*, ou seja, uma política direcionada pelo hinduísmo. Seguidores dessa linha de pensamento acreditam que a Índia hinduísta tenha sido dominada por católicos e muçulmanos. Assim, uma política externa inspirada na *Hindutva* seria uma política que tentaria buscar um lugar de proeminência no mundo (o que atualmente implicaria em disputas com a China) iniciando pela conquista da Grande Índia (que incluiria no mínimo a conquista do Paquistão e de Bangladesh), o que causaria maior instabilidade na região.

No entanto, após dois anos de governo não é possível afirmar que alguma coisa tenha efetivamente mudado na política externa do país. Basrur (2017) argumenta que o poder limita as ações dos atores, principalmente após a aquisição de armas nucleares, tanto por parte da Índia quanto do Paquistão. No entanto, o autor também reconhece que Modi tem inclusive feito um maior esforço para o diálogo com o Paquistão e tem permanecido em contato com os grandes parceiros globais – Estados Unidos, China, Paquistão e Rússia – apesar de ter reativado os exercícios militares com Japão e Estados Unidos o que desagrada a China (BASRUR, 2017).

---

<sup>11</sup> Em 2002, quando Modi era ministro chefe da província Gujarat houve um massacre de muçulmanos (BASRUR, 2017).

Basrur(2017) observa que a estratégia indiana é buscar as melhores vantagens para a Índia dentro da ordem mundial estabelecida pelo balanceamento. Portanto, fazer pressão para a China, se aproximando de Japão e Estados Unidos, pode trazer grandes vantagens em questões de transferência tecnológica, ao mesmo tempo em que se aproxima da China e da Rússia nos BRICS, RIC, ASEAN e OCX, pode trazer vantagens em acordos de defesa e manter a segurança e pacificação da região. Dessa forma, a Índia evita assumir as disputas que existem entre seus parceiros, buscando sempre uma posição estratégica e diplomática. Mesmo com os problemas fronteiriços com a China, nos últimos anos esse país tem se tornado essencial para o crescimento e desenvolvimento econômico indiano, o que torna a questão das relações entre China e Índia muito mais complexa.

No entanto, diferente de seus antecessores, Modi busca que a Índia seja uma potência líder, não uma potência balanceadora, o que interfere diretamente na forma de estabelecer as parcerias, uma vez que o investimento militar indiano deve aumentar. Não apenas na questão econômica e militar, também nas instituições internacionais o papel indiano tem sido ativo. Para conquistar uma vaga no Conselho de Segurança na ONU país fornece grande quantidade de “capacetes azuis” para as missões de paz. Além disso, tem formado um grupo junto de Brasil, Japão e Alemanha (G4) que visa alterar o CSNU, no qual, em 2015, a Índia conseguiu amplo apoio na Assembleia Geral. No entanto, essa questão ainda é controversa, principalmente no que concerne a China. Apesar da China não declarar abertamente que rejeita o ingresso da Índia, é bem claro que esse país não apoia o ingresso indiano (BASRUR, 2017).

#### **4.4 Conjuntura Política da China**

A participação chinesa no bloco do BRICS é normalmente questionada por esse país ter uma economia muito mais avançada que os demais, a ponto de ser a segunda maior economia do mundo. Além disso, tem capacidade nuclear e militar compatível ao de grandes potências. Entre os críticos da parceria chinesa é frequente o argumento de que esse país utilizaria o grupo em prol de seu balanceamento de poder com os Estados Unidos e que, na realidade, os outros membros do grupo estariam perdendo mercado para os produtos chineses. No entanto, esses argumentos muitas vezes não consideram o histórico da política externa chinesa, nem as vantagens dos outros membros do grupo e da capacidade de ação do bloco com a China. É importante observar que um dos pilares da política chinesa é auto-suficiência,

o que muitas vezes faz com que suas atitudes no sistema pareçam contraditórias para atores externos mas, que se assemelha aos objetivos dos demais BRICS.

A China pertence a uma civilização milenar, por isso não podemos falar de uma China emergente, mas de uma China re-emergente. O Império Chinês dominou a Ásia durante séculos, construindo um império regional tributário que permitiu o desenvolvimento de tecnologias avançadas para seu tempo e cuja principal característica, a autossuficiência, tornou seus domínios fechados ao meio externo. O mercado chinês era de difícil penetração, mas no século XVIII após duas Guerras do Ópio com os Ingleses os chineses foram vencidos e obrigados a assinar uma série de tratados que manteriam as taxas de importação baixas, competindo de forma desleal com os produtos artesanais locais. Tal “política de portas abertas” como ficou conhecida, passou a ser exigida por vários europeus (como França e Inglaterra) e inclusive os Estados Unidos que chegavam a região. As condições dessas políticas levaram a queda do império chinês e a periferização da China no sistema capitalista, porém, o espírito e a grandeza do Império sempre estiveram como um pano de fundo nas relações políticas desse país.

Por muitos anos o país foi alvo de guerras civis e intervenções externas, principalmente provocadas pelo Japão. As condições estabelecidas pelos tratados eram consideradas humilhantes, levando a construção de um certo vínculo da China com os países que viveram sob domínio imperialista do ocidente, relação de solidariedade essa que ainda hoje é lembrada pelos líderes chineses ao estabelecerem suas relações exteriores.

Em 1949 o país passou por uma revolução comunista, liderada por Mao Tsé-Tung (ou Mao Zedong), que promoveu uma linha de desenvolvimento diferente da soviética. A revolução de Mao tornou um país quase feudal em um país industrializado, utilizou-se da filosofia de “andar sobre duas pernas”, ou seja, desenvolver ao mesmo tempo o campo e a indústria, o que diferenciava o modelo maoista do modelo soviético que se baseava em desenvolver o campo e depois a indústria (CLEGG, 2009; VISENTINI, 2017a). Já na primeira reunião consultiva do partido comunista chinês, em 1949, contava com um programa que lançava três princípios propostos pelo chanceler Zhou Enlai para nortear a política externa chinesa: igualdade, benefício mútuo e mútuo respeito pela integridade territorial e soberania. Durante a resolução dos litígios fronteiriços no Tibete com Índia e Birmânia, em 1954, o chanceler lançaria os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” que serão base norteadora da política externa chinesa até hoje, que são: respeito a integridade territorial e soberania; não agressão mútua; não interferência em assuntos domésticos; igualdade e benefícios mútuos; coexistência pacífica. Além da política externa chinesa, esses cinco princípios também

influenciaram nos dez princípios de Bandung, Conferência realizada em 1955, que marcou o início da Cooperação Sul-Sul. Com base nesses princípios também, a China passou a auxiliar nos movimentos de libertação africano (CHINA, 2019; VIZENTINI, 2013).

Após a negativa da União Soviética em transferir tecnologia nuclear para a China, em 1962, o que causa uma cisão no campo socialista, a China passa a estabelecer a “estratégia das duas zonas intermediárias” uma composta pelos países em desenvolvimento e a outra pelos países da Europa ocidental. Assim, o país passa a atuar de forma mais contundente com a luta contra o imperialismo nos movimentos de libertação africanos. Mas também, passou a ser percebido como ameaça pelos soviéticos, levando Mao a elaborar a estratégia “dos três mundos e um só caminho” com o objetivo de reunir maior força possível contra os soviéticos. Com essa política, durante a década de 1970 o país rompe com o isolamento político que lhe fora imposto. A reaproximação com o Ocidente iniciada por Mao chega ao auge com a política pragmática de reestabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos nos anos 1970, inaugurando sua política “da paz e do desenvolvimento”. Nessa década além do papel ativo chinês na luta contra os soviéticos, o país também conseguiu reestabelecer seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU em detrimento de Taiwan (VISENTINI, 2013).

A década de 1980 foi marcada por uma política mais pragmática de Deng Xiaoping tanto no quesito externo quanto interno. Em termos de política externa o país passou a ser mais atuante na cooperação com os países do terceiro mundo (VISENTINI, 2013). No âmbito interno Deng defendeu uma modernização por etapas muito diferente da “terapia de choque” defendida pelo FMI. Para alcançar seus objetivos, Deng contou com as Empresas Estatais criadas no período anterior que passaram a receber apoio privado externo. A lógica seria de manter essas empresas em zonas econômicas onde atrairiam investimentos externos sem precisar romper com a grande estrutura de proteção do Estado (CLEGG, 2009). Arrighi (2015) argumenta que essa estratégia do oriente só foi possível devido a competição bipolar da Guerra Fria. No contexto de competição militar entre as duas potências, houve uma pressão sobre a capacidade de extrair energia, o que fez com que os países precisassem poupá-la. Países asiático, como a China, que era intensiva em mão de obra e poupadora de energia, acabaram ganhando espaço no mercado internacional.

Assim, a partir da revolução, houve três movimentos de modernização do país que marcaram o desenvolvimento da China e fizeram com que esse país tivesse mais êxito em sua modernização que os soviéticos: 1) revolução agrária de Mao Zedong; 2) revolução industrial de Deng Xiaoping; 3) modernização em 1997 (CLEGG, 2008).

No entanto, com o fim da Guerra Fria e a pressão americana pela liberalização, resultaram em uma série de sanções econômicas à China, utilizando como argumento o massacre de Tian'anmen de 1989. A partir de 1997, então, o país lançou seu novo plano de modernização que visava a criação de holdings internacionais em zonas econômicas, assim permitindo que a China atraísse tecnologia de ponta, apesar de as empresas terem que competir com empresas internacionais (CLEGG, 2008). A China sempre priorizou a auto-suficiência, por isso a estabilidade social era muito importante. Para manter a estabilidade o país evitaria o desemprego em massa, por isso foi liberalizando seu mercado de forma gradual, assegurando-se da realocação e aproveitamento da mão de obra. Esse país, no entanto, nunca realizou qualquer processo de privatização da terra, o que inviabiliza qualquer argumento de que a China seria capitalista (ARRIGHI, 2008). Dessa forma, não houve uma liberalização completa como no caso soviético, mas um planejamento governamental de ampliação do mercado doméstico para desenvolver novas tecnologias (CLEGG, 2008).

A Ásia como um todo tornou-se uma região de atração de investimentos externos após o ciclo de expansionismo financeiro da década de 1980. Esse ciclo colocou grandes bancos de investimento como elemento dominante no comando da produção global, o que impulsionou uma nova distribuição da produção internacional para atender aos acionistas sedentos por lucros. No entanto, o ciclo de expansionismo financeiro também deu origem a “bolhas especulativas” globais que afetaram o mundo nos anos que se seguiram. Em 1997 elas afetam em cheio o mercado asiático que havia se tornado um centro dinâmico de produção industrial mundial, os chamados “tigres asiáticos”. Com essa crise, esses mercados acabaram perdendo dinamismo e foram atraídos pela insistência chinesa em não desvalorizar sua moeda. Uma vez que as rentabilidades estavam na China, as plantas produtivas europeias e norte-americanas se realocaram para lá. Assim, a China tornou-se rapidamente o centro gravitacional da dinâmica econômica regional, além de ter uma ampliação expressiva de reservas internacionais devido a ampliação da exportação. A elevação das reservas chinesas, no entanto, correspondeu ao déficit comercial dos Estados Unidos. Com o crescimento espantoso o país deixa de ser auto-suficiente e passa a depender de commodities dos países em desenvolvimento da África e América Latina. Assim, o crescimento da economia chinesa após 2004 representou também um crescimento das economias globais como um todo (SHERER, 2018).

Com a crise de 2008, no entanto, o país foi obrigado a mudar de estratégia para que o crescimento voltasse a acontecer. O governo chinês passa a acelerar o investimento em infraestrutura interna e na ampliação do crédito tanto para consumo quanto para as empresas, permitindo o crescimento, porém a um nível mais moderado. O deslocamento da crise

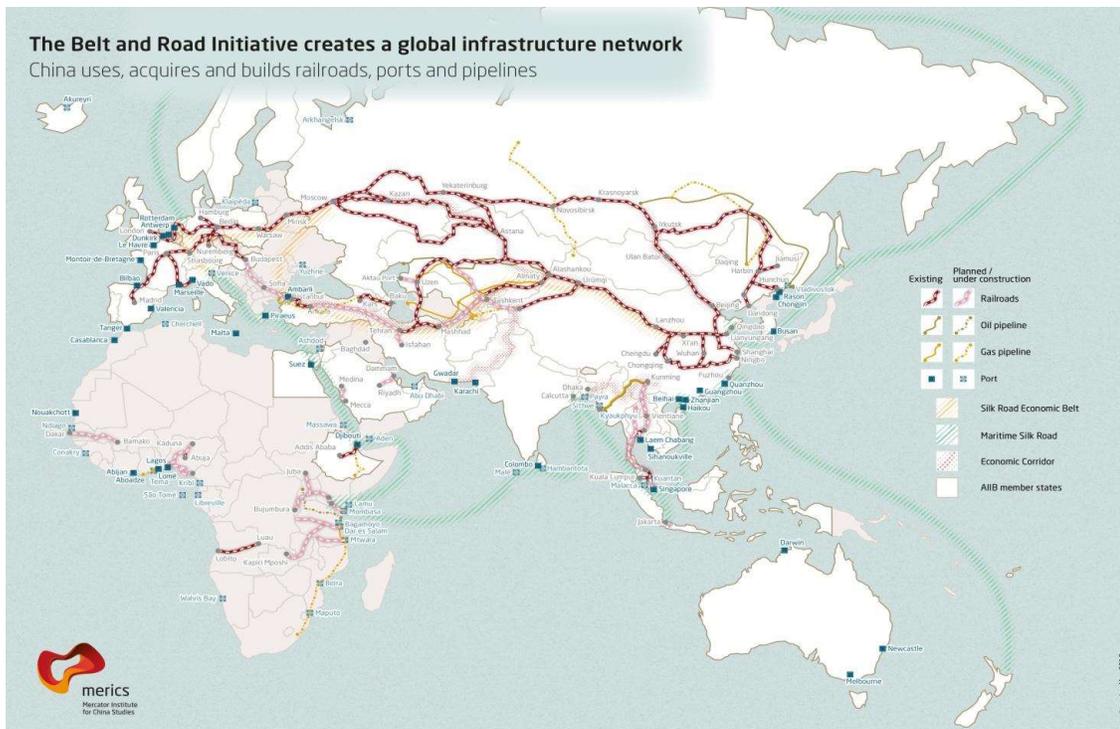
americana para a Europa e o prolongamento da crise entre 2011-2012 pressionou mais a economia chinesa. Em 2013, o governo americano ameaçou fortalecer o dólar, o que poderia levar a queda nas commodities e redução da taxa de juros, esgotando a estratégia chinesa. Assim, após 2013 o país consegue manter seu crescimento por meio dos estoques que já havia acumulado de capital e de bens intermediários, mas há uma queda na produção industrial demonstrando os limites da estratégia e a necessidade de rearticular a política do país (SHERER, 2018)

Dessa forma, em setembro de 2013 o país lança uma nova estratégia de desenvolvimento chinesa, conhecida como “Nova Rota da Seda” ou “One Belt, One Road”. Essa iniciativa tem como objetivo construir um mega projeto de infraestrutura que conecte toda a Eurásia a partir de empresas chinesas e com financiamento chinês. Essa estratégia acaba mudando completamente a dinâmica da política externa chinesa. Até então, a política chinesa visava uma relação comercial com África e América Latina afim de conseguir commodities necessárias para a produção e venda na Europa e Estados Unidos. Com a mudança de estratégia, a China passa a buscar a integração produtiva com essas regiões, estimulando a presença de empresas chinesas inclusive na indústria desses países. A necessidade energética aumenta a probabilidade de deslocamento de algumas empresas manufatureiras e de infraestrutura para essas regiões. Para dar suporte a essa estratégia o governo chinês lança também programas que visem o financiamento infraestrutural, daí surge o interesse chinês para a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS. Que, além de dar suporte a política infraestrutural chinesa, também buscam ser uma alternativa às tradicionais instituições de Bretton Woods (SHERER, 2018).

No contexto do final do século XX e início do século XXI a política de auto-suficiência da China passou a estar vinculado a participação de diversas organizações internacionais. A expansão constante do mercado chinês foi exigindo também uma expansão constante de fornecimento de matérias primas e de energia. Assim, Visentini (2017) argumenta que nessa oportunidade a China aproveitou para expandir seu mercado para Europa na venda de produtos de menor qualidade e com menor preço, mas também para novos mercados como África e América Latina. Esses novos mercados se tornaram muito atrativos para os chineses, uma vez que geralmente são regiões com pouca infraestrutura, assim os chineses podem trocar por matérias primas (SHERER, 2018). No entanto, as consequências desse projeto para os BRICS ainda é algo discutível entre os especialistas, uma vez que ele pode vir a estimular uma competitividade entre os membros por não incluir Brasil

e África do Sul, podendo provocar um desvio de comércio desses países ao reduzir custos de transporte e melhorias na produtividade de outros países (BAUMANN, 2018).

**Mapa 3 A iniciativa da Nova Rota da Seda**



Fonte: Merics, 2018

A questão econômica na China nunca está desvinculada de sua percepção de segurança (CLEGG, 2008). O avanço do ocidente sobre zonas essenciais para a manutenção da autonomia chinesa levaram o país a buscar a autonomia pela participação o que resultou na maior atividade Chinesa em fóruns multilaterais. Assim, em 1996, em conjunto com Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, o país realiza a primeira reunião dos Cinco de Xangai, que em 2001, com a entrada do Uzbequistão se tornaria a Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Esse grupo visava resolver conflitos fronteiriços sem a interferência de agentes externos, assim estabeleceu-se com objetivos de segurança o combate ao terrorismo, ao extremismo e ao separatismo na região. Uma vez que muitos dos problemas estavam associados ao subdesenvolvimento das regiões, a OCX passou a incluir também programas de cooperação econômica e técnica e permitiu que a China ampliasse de forma significativa sua participação na região. Além disso, uma maior atuação chinesa em fóruns internacionais e grupos de cooperação, aos quais os BRICS são importantes parceiros. O século XXI, então, é marcado por uma grande expectativa internacional com a ascensão chinesa.

#### 4.5 Conjuntura Política da África do Sul

Se a Rússia é criticada pelos observadores por não ser um país em desenvolvimento, a China é criticada por não praticar Cooperação Sul-Sul, e a África do Sul criticada por não estar dentro dos parâmetros econômicos, políticos e demográficos do BRICS. O fato, no entanto, é que com a entrada tardia da África do Sul no grupo, em 2011, deixou evidente que os BRICS tinham objetivos além do fator econômico. A África do Sul é um país que tem uma importância geopolítica inegável, conectando dois oceanos: o Atlântico e o Índico. O país é o corredor que conecta o BRICS, além de ser o único representante do continente africano. Porém, seu ingresso no grupo não se deve exclusivamente ao quesito geoestratégico, mas também a sua atuação política no continente.

A África do Sul teve um desenvolvimento muito peculiar no continente africano. Devido a sua posição estratégica na rota marítima que ligava a Europa à Ásia, essa região serviu de entreposto para portugueses, na Cidade do Cabo no século XV, que depois foram substituídos por holandeses huguenotes que fugiam da perseguição política na Europa, no século XVI. Esses Europeus resolveram colonizar a região e formar ali a Nova Holanda, passaram a se chamar *boers*, no entanto, foram importunados pelos Ingleses que resolveram tornar a África do Sul seu protetorado (VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Assim, o movimento de independência na África do Sul esteve ligado aos interesses dos brancos *boers* em tomar o poder político do país. Em 1920 instauraram ali o regime do *apartheid* que dividia brancos e negros no país garantindo não apenas o poder político aos brancos, mas também o poder econômico. Com a descoberta de ouro e pedras preciosas no país, os *boers* passaram a desenvolver ali uma indústria nascente. Durante o período da Guerra Fria a dependência dos brancos de manter o regime do *apartheid* para que mantivessem seu status mais elevado de desenvolvimento, fizeram com que a África do Sul fosse um agente das potências ocidentais capitalistas contra os movimentos de libertação que fervilhavam no continente a partir dos anos 1960.

Para tentar romper com o regime, que era fortemente financiado pelas potências ocidentais, o grupos dos movimentos de libertação geralmente se apoiavam no modelo chinês ou soviético. No caso sul-africano, devido a grande comunidade indiana existente no país, devido a migração dentro da *Commonwealth* inglesa, também o movimento de libertação indiano teve grande repercussão. Os brancos *boers* tentavam barrar o financiamento e treinamento dos grupos internos, em especial do congresso nacional africano (CNA) e do

partido comunista sul-africano. Dessa forma, intervenções políticas e militares em Angola, Namíbia, Moçambique e Zimbábue, vizinhos da África do Sul, eram frequentes (SILVA, 2017; VISENTINI; PEREIRA, 2010).

Com o fim da Guerra Fria cria-se uma dualidade: se por um lado acaba a justificativa do regime racista, por outro lado acabava com a fonte de apoio dos grupos opositores internos (a União Soviética). Assim o país passou a viver uma série de embargos econômicos, pressões sociais e políticas (internas e internacionais) para que o regime tivesse fim. O presidente Frederik De Klerk passa a ter uma conturbada negociação para estabelecer o fim do regime, para isso, altera legislações e busca blindar interesses econômicos para que eles seguissem nas mãos da elite branca mesmo com o fim do regime político (VISENTINI; PEREIRA, 2010). Nesse interin de negociações, Klerk liberta presos políticos, entre eles Nelson Mandela (CNA), que se tornaria em 1994 o primeiro presidente negro eleito do país. Ao assumir o posto, Mandela se depara com condições adversas de um país dividido e com muitos problemas sociais.

Os anos 1990 foram então, marcados por uma nova Era, com o fim do *apartheid*, mas que ao mesmo tempo ainda tinha que conviver com velhos problemas. Esses problemas foram pouco alterados devido a manutenção de uma estrutura política que impedia alterações profundas nas questões econômicas do país. Desde então a África do Sul teve cinco presidentes, todos do CNA, partido que tem a maioria no congresso até o presente: Nelson Mandela(1994-1999), Thabo Mbeki(1999-20008), Kgalema Motlanthe(2008-2009), Jacob Zuma(2009-2018) e Cyril Ramaphosa(2018-presente). Com Mandela, o “clima” pacífico da região permitiu que o país passasse a ter uma política externa mais amistosa com o continente africano, iniciando um processo de aproximação principalmente com seus vizinhos. Essa reaproximação de forma mais pacífica beneficiou muito a África do Sul que passou a entender que seu “interesse nacional” estaria muito vinculado a uma relação de proximidade e desenvolvimento do continente africano (KONEGAY, 2011).

Nesse contexto, a integração da África Austral começa a ser esboçada, com a liderança inegável da “nova” África do Sul. Assim, na década de 1990 e o início dos anos 2000, há uma multiplicidade de parcerias estabelecidas, tanto a nível bilateral quanto multilateral, como com países africanos e com diversos países do mundo. Para Kornegay (2010) é impossível tratar a África do Sul como uma potência emergente, como os outros BRICS, uma vez que esse país não tem o mesmo tamanho econômico, populacional e geográfico que os demais. No entanto, a África do Sul é a maior potência africana, devido não só ao seu desenvolvimento industrial e econômico em relação aos demais, mas também a sua infraestrutura e transporte

(ligados a herança colonial), seu papel político na região e sua força geoestratégica. É importante notar, no entanto, que toda essa força do país advém de uma boa relação com os países africanos, por isso, sua política interna e externa estão vinculadas a uma política de laços regionais intensos.

Dentre suas principais parcerias, a nível mundial podemos destacar o ingresso desse país no Movimento dos Não Alinhados (MNA), ao passo que a nível continental o ingresso do país na Organização da União Africana (OUA), que em 2002, torna-se União Africana (UA) com financiamento expressivo da África do Sul e da Líbia. Por fim, no nível regional, talvez o mais importante uma vez que esse país tem uma função de liderança política e econômica incomparável, é a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) que, com vistas a se tornar uma zona de integração, estabeleceu em 2001 uma área de livre comércio. Em termos de desenvolvimento outras parcerias foram fechadas, como a Nova Parceria Econômica para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). O país também liderou uma série de conferências internacionais, como a Cúpula da Terra (Rio+10) sobre desenvolvimento sustentável (VISENTINI et al., 2010). Também são relevantes sua atuação em organizações multilaterais fora do continente africano, como no Conselho de Segurança da ONU como membro não permanente (o qual participou três vezes no século XXI, em 2007, 2011 e 2019<sup>12</sup>), no IBAS e no BASIC (união de Brasil, África do Sul, Índia e China para o acordo de Copenhague do Clima) (KORNEGAY, 2010)

Esses elementos deram base para que a África do Sul assumisse um papel de proeminência do sistema mundial, classificado por Kornegay (2010) como “potência média emergente”. Para o autor, a África do Sul não tem o mesmo peso que os outros BRICS em termos globais de poder, mas se comparada a região africana, não apenas seu desenvolvimento industrial, econômico e infraestrutural, mas também o fator estratégico do país teria um importante papel para o grupo. Militarmente o país herdou do regime do *apartheid* um aparato moderno e poderoso que, apesar da renúncia ao projeto nuclear, segue ainda muito relevante. O país tem vários acordos de defesa com os Estados Unidos e Europa em decorrência desse período, o que levanta algumas suspeitas sobre a atuação do AFRICOM (Comando Africano dos Estados Unidos) na região (KORNEGAY, 2010). No entanto, acordos estratégicos com o Sul foram realizados visando a autonomia do país, entre eles podemos destacar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) que conta com a

---

<sup>12</sup> Mais informações em: <https://www.hrw.org/news/2018/06/11/south-africa-secures-seat-un-security-council-third-time>.

participação de importantes parceiros do Sul, como Brasil, Argentina, Nigéria, Angola; e o IBSAMAR que é o exercício marítimo entre países do IBAS, atualmente em sua sexta edição.

Jacob Zuma foi o mais importante presidente para a concretização do ingresso da África do Sul nos BRICS. E internamente, suas políticas são associadas a ala mais a esquerda do CNA. Em seu governo, Zuma passou a investir pesadamente em programas sociais e de infraestrutura que foram definitivos para assumir um papel de liderança regional e global e assim conquistar um acento junto aos BRICS. A África do Sul foi o último país a entrar no BRICS, em 2011, ano em que esteve junto aos demais BRICS como membros do Conselho de Segurança da ONU. O país não estava muito satisfeito com o fato de ser excluído, uma vez que participava de outros grupos que evoluíam Brasil, Índia e China e tinha boas relações com todos os membros, além de ter uma posição de proeminência na África. O presidente, então, passou a fazer uma intensa movimentação política junto aos BRIC até que seria chamado para compor o grupo (SHUBIN, 2018). No entanto, sua participação não se deve única exclusivamente a um ativismo de Zuma.. Kornegay (2010) argumentava que pelo fato de o grupo não ter uma perspectiva geoestratégia, mas sim, de tentativa de mudança da arquitetura econômico-financeira, a inclusão de novos membros, principalmente na perspectiva russa, era vista como perda de força do grupo, podendo resultar em dificuldade de resoluções relevantes. O fato é que, como aponta Shubin (2015) e Cozendey (2015) a entrada da África do Sul marca esse giro geoestratégico do grupo, que deixa totalmente a perspectiva inicial idealizada pela *Goldman Sachs*, para se tornar um grupo com contornos políticos e geoestratégicos claramente alternativos a tradicional relação Norte-Sul, mesmo que não buscasse um enfrentamento direto.

Alguns críticos ao grupo passaram, então, a criticar a entrada da África do Sul, justamente por ela ter uma discrepância muito grande em relação aos demais membros do BRICS, argumentando que ela teria seu comércio com os países africanos prejudicado pela maior abertura aos emergentes, em especial a China. Esse argumento, no entanto, apresentou-se infundado, uma vez que a África do Sul teve papel relevante na construção da ideia de criação de um escritório regional do banco do BRICS que investiria justamente na melhora da infraestrutura do continente o que beneficia a China, com certeza, porém também amplia as possibilidades da África do Sul que pode receber investimento externo nesse setor em um período que o país passa por grande crise econômica e altas taxas de desemprego da sua juventude.

A partir de 2014 o país, no entanto, passa a viver uma crise política interna. Grupos de oposição ao CNA começam a ganhar força no parlamento enquanto há uma forte pressão do

lobby de empresas privadas para ações liberalizantes. Ao lado da situação política, há uma crise econômica no país relacionada a queda do preço das *commodities* e de medidas econômicas instáveis de Zuma. Os movimentos para a sua renúncia eram fortalecidos pelo surgimento de denúncias de corrupção e abuso de poder. No entanto, Zuma se candidatou novamente a presidência, sendo eleito novamente com maioria no congresso teria mandato até 2019, apesar de o CNA perder espaço legislativo nesse novo mandato. Nas eleições regionais de 2016 o partido perderia as principais cidades do país, Durban, Elizabeth e Cidade do Cabo, que ficaram com a oposição da Aliança Democrática. Além disso, o partido *Economic Freedom Fighters* (EFF) que havia surgido em 2013, ganhava cerca de 6% dos votos, o que lhe garantia um poder de veto constitucional ao se aliar com a Aliança Democrática (SHUBIN, 2016). Assim, em 2018 após uma grande pressão do partido, Jacob Zuma renuncia e Cyril Ramaphosa, seu vice-presidente, assume o poder. Apesar de não haver muita diferença em relação ao partido, Ramaphosa tem uma posição mais conciliadora. Um dos seus principais desafios tem sido recuperar a economia do país ainda muito abalada pela instabilidade internacional e pela desigualdade interna. O partido tem sofrido amplas pressões para lidar com a política agrária do país, que tem gerado muitos movimentos contra o governo e fortalecido a oposição do EFF.

## 5 CONCLUSÃO

Como analisado ao longo do trabalho, a criação do acrônimo BRIC se deu por uma análise de um banco de investimentos americana, a *Goldman Sachs*, no entanto, essa pesquisa não foi significativa para o sucesso do grupo. Aproveitando a sonoridade da sigla, o grupo dos BRICS passou a estabelecer diversas formas de diálogo e de concertação política que em nada se pareciam com a postura esperada pelos proponentes da sigla. Seus projetos não visavam ameaçar o centro de poder euro-americano, mas unir forças em prol de melhores condições de inserção no sistema internacional.

No primeiro capítulo do presente trabalho buscou-se esclarecer como se dão as relações centro-periferia e o contexto conjuntural dessas relações no século XXI. Nessa parte do trabalho ficou claro que o desenvolvimento do sistema capitalista internacional precisa das crises de expansão para sua manutenção. Essas crises, paradoxalmente, possibilitarão a ascensão de novos atores no sistema, além de servirem como estímulo para o centro hegemônico recobrar sua posição como líder do sistema. Nesse contexto o surgimento dos BRICS a partir da crise internacional de 2008 foi um elemento crucial para o estabelecimento da ordem internacional no século XXI.

Os países do BRICS individualmente já apresentavam grande potencial de desenvolvimento – possuindo ampla dimensão territorial, estabilidade econômica com grandes possibilidades para investimentos; eram países que acumulavam grandes reservas do tesouro americano, tinham um papel ativo na organização do sistema internacional e eram lideranças regionais. Os BRICS já tinham, antes mesmo da formação do grupo, características notáveis, inclusive era de grande interesse dos oligopólios internacionais a possibilidade de investimento nesses países, enquanto o centro hegemônico do poder passava pela crise financeira internacional de 2008.

No entanto, não foi previsto que rapidamente esse grupo consolidaria mecanismos políticos e econômicos que poderiam ameaçar a liderança do centro hegemônico, mantendo-se dentro dos padrões capitalistas ocidentais, isto é: fortalecendo o papel do governo nas ações políticas, elaborando um banco de investimentos e um arranjo de reservas que visavam evitar a dependência do dólar; mantendo uma certa organização política aos moldes do modelo democrático ocidental.

O trabalho, buscou então entender como se deu essa aproximação, uma vez que os cinco países possuem estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais e posicionamento geoestratégico muito diferentes. Ao analisar os documentos produzidos pelas cúpulas dos

BRICS, entendemos que essa aproximação se deu em torno de três elementos chaves (multilateralismo, cooperação sul-sul e desenvolvimento) vistos como essenciais para galgar essa autonomia no sistema internacional, fundamental para a consolidação da posição desses atores no sistema internacional. Ou seja, esses países queriam converter o crescimento econômico vivido no início do século XXI em uma posição política compatível.

Ao longo do trabalho, no entanto, ressalta-se que esses conceitos passaram por um processo constitutivo de longa duração e que tiveram diferentes significados para cada um dos BRICS. Isso faz com que exista uma certa ambiguidade desses conceitos: se por um lado eles servem como elementos de convergência de interesses e levam a aproximação lenta e gradual de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, por outro lado trazem algumas divergências quanto a implementação de políticas no âmbito interno e algumas desconfianças sobre a articulação política entre o grupo.

Essas diferenças começaram a ser superadas a partir de dois elementos fundamentais. O primeiro é pela percepção de que o sistema internacional estava cada vez mais pautado pela unilateralidade dos Estados Unidos, o que prejudicava o posicionamento de todos, e que a crise de 2008 abria uma brecha de melhores condições para que esses países ocupassem lacunas deixadas pelo centro hegemônico.

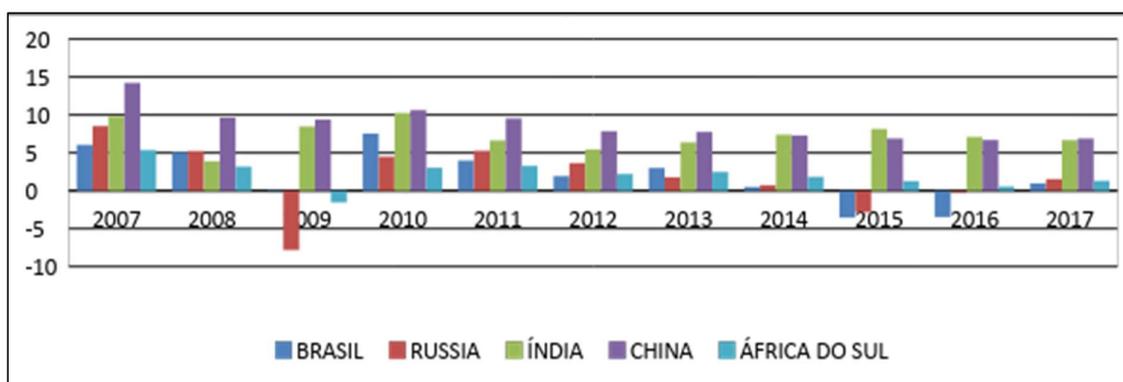
O segundo elemento fundamental para a superação das diferenças foram as mudanças conjunturais internas desses países: a guinada da política externa russa rumo a Ásia, após diversas decepções com o ocidente na década de 1990; a necessidade de investimentos em infraestrutura demandas pelas Índia para manter seu desenvolvimento acelerado; a necessidade de diversificação das parcerias (políticas e econômicas) do Brasil para alcançar uma posição política de destaque no sistema internacional, independente dos Estados Unidos; a percepção sul-africana de que ela poderia ser uma porta para investimentos externos na África e, conseqüentemente, consolidar sua liderança regional; a necessidade de sustentar o desenvolvimento acelerado chinês em meio a crise de seus maiores mercados consumidores.

Esses elementos ficam evidentes quando abordamos no terceiro capítulo a conjuntura dos países individualmente. Neste capítulo, o trabalho abordou como cada um dos BRICS construiu as bases materiais para seu desenvolvimento, como cada um entende a cooperação sul-sul e como eles atuam multilateralmente para alcançar seus objetivos dentro de um processo histórico. Por fim, passamos brevemente pelos acontecimentos recentes da política interna desses países, que apontam para uma possível tentativa de desestabilização do grupo por parte do centro hegemônico.

Apesar do objetivo do grupo não ser provocar ou isolar o centro hegemônico, suas ações acabaram provocando mudanças no *status quo*, pois visavam mudar a relação “periferizada” desses países no sistema internacional, ao mesmo tempo em que o centro de poder precisava recobrar sua posição de liderança. Alguns elementos que foram analisados ao longo do segundo capítulo podem ser apontados como possivelmente ameaçadores para o centro hegemônico e estimuladores de um processo de contenção. São eles: a entrada da África do Sul no bloco, em 2011 (o que trouxe um caráter mais geoestratégico ao grupo); a articulação econômica do grupo para formação de um banco de investimento e um arranjo de reservas que buscavam a utilização de moedas locais, em detrimento ao dólar; a pressão política para o estabelecimento de relações multilaterais, expressa pela ampliação dos participantes dos diálogos paralelos à cúpula dos BRICS, e pela pressão por melhores posições dentro das organizações internacionais existentes.

A partir desses elementos foi possível perceber na análise de conjuntura desses países (presente no terceiro capítulo) uma série de instabilidades políticas que apontam para uma possível reação do centro de poder à ascensão dos BRICS. Como exemplo disso, destaca-se a iniciativa do núcleo de oligopólios de pressionar o preço das *commodities*, o que afetou definitivamente o crescimento do PIB dos BRICS, em especial os países que dependiam desses elementos (Brasil, África do Sul e Rússia), como pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 3 Crescimento anual do PIB (em %)**



Fonte: World Bank (elaboração nossa)

Além disso, pode-se notar uma série de instabilidades políticas em zonas estratégicas para os BRICS, o que aponta para a implementação da estratégia da mudança de regime nesses países. O caso da Ucrânia e da Síria foram especialmente emblemáticos para Rússia,

afetando diretamente sua zona de influência. A política de mudança de regime já vinha sendo implementada pelos Estados Unidos durante o período de George W. Bush, de acordo com o “Project for the New American Century (PNAC)”, desde a década de 1990. Essa política ganha novos contornos com a entrada de Barack Obama na presidência dos Estados Unidos. Todavia, sua essência permanece a mesma. Obama, no entanto, busca atuar de forma conjunta com a Europa. A estratégia americana era estimular a derrubada de governos hostis aos interesses do Ocidente, por meio de financiamento e instrumentalização de mobilizações populares contrárias aos governos locais. A ideia era justamente enfraquecer institucionalmente os governos locais, a fim de ampliar as possibilidades de inserção das potências ocidentais, para que estas pudessem usufruir dos recursos essenciais ao seu desenvolvimento (BANDEIRA, 2014; BANDEIRA, 2016).

Diferente da década de 1990, os anos 2000 apresentam novos desafios ao centro hegemônico. A Ásia se expande de forma contundente. A Rússia se recuperava do choque dos anos 1990 e tinha uma postura mais nacionalista. Os países da periferia viam com desconfiança as ações anti-terrorismo dos Estados Unidos ao redor do mundo. Assim, as revoltas dos anos 2000 eram pautadas por uma classe média cada vez mais educada que buscava melhores condições sociais e não se contentaria em apenas destruir o governo, como nos anos 1990. A queda de Kadaffi na Líbia em 2011 alertou países de tamanho médio sobre os resultados dessa troca de regime. A resistência à interferência americana tornou-se mais acentuada.

Na Síria e na Ucrânia, não apenas as ações de guerra psicológica, mas também ações de guerra não-convencional tiveram que ser implementadas, o que foi chamado de “Guerras Híbridas” por Andrew Korybko (2015). A crise na Ucrânia afetava diretamente a política externa russa, que via como uma ameaça de segurança a iniciativa da OTAN de expandir seu escudo anti-mísseis até Kiev. Além disso, pela Ucrânia passavam grande parte dos gasodutos e oleodutos que distribuíam *commodities* russas na Europa. Essa ameaça geoestratégica levou a uma aproximação mais intensa da Rússia à China. No caso sírio, além de afetar também o entorno estratégico russo na Ásia Central, afetava a política chinesa de expansão para o Oriente Médio. Apesar da Nova Rota da Seda não passar pela Síria, o interesse chinês sobre as reservas da região são amplamente afetados pela instabilidade.

O financiamento de grupos contrários aos governos locais foi também uma estratégia de promover a instabilidade no Brasil e na África do Sul. Nesses locais, a instabilidade econômica causada pela brusca mudança de preços nas *commodities* auxiliou a ampliação da instabilidade política, resultando no *impeachment* de Dilma Rousseff, no Brasil, em 2016, e

na renúncia de Jacob Zuma, na África do Sul, em 2018. No entanto, as diferentes condições internas dos países levaram a diferentes resultados para a instabilidade política. No caso brasileiro, a instabilidade política fortaleceu a ala neoliberal no país, o que aproximou o Brasil externamente aos Estados Unidos e à Europa, reduzindo seu papel como liderança, tanto regional na América do Sul, quanto internacionalmente. No caso da África do Sul, a renúncia de Zuma antes do processo de *impeachment* fez com que seu partido, o Congresso Nacional Africano (CNA), conseguisse se rearticular no poder, aproximando-se mais da China, apesar do fortalecimento da oposição. Essas conclusões sobre a reação do centro hegemônico, no entanto, devem ser tema de novas pesquisas.

### ANEXOS A – Mapas Sobre Entorno Estratégico dos BRICS

#### Mapa 1 Área do Pré-Sal Brasileiro

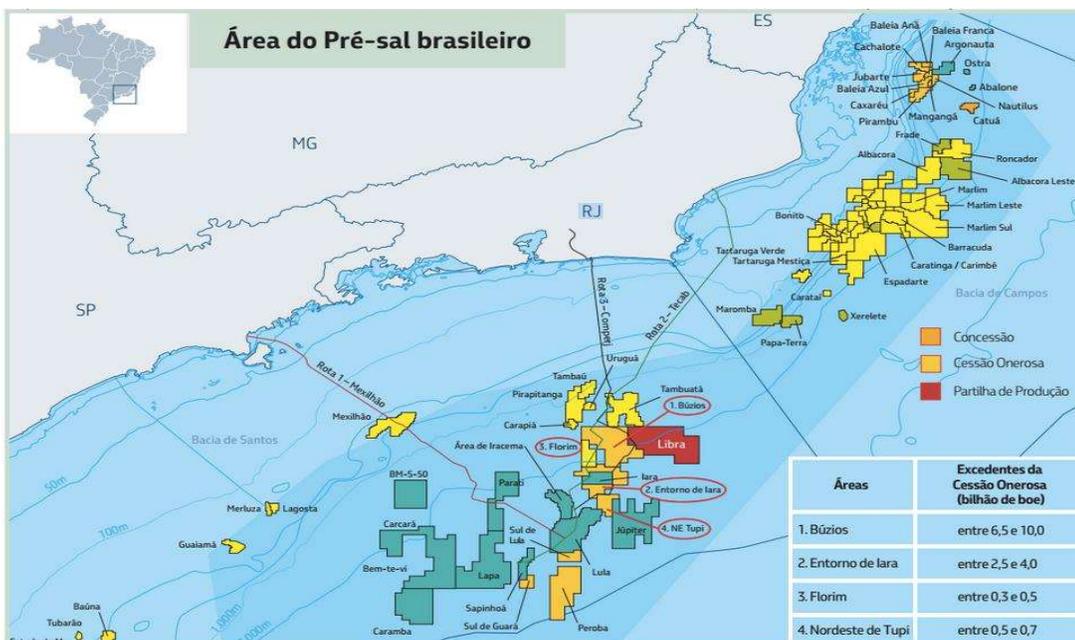
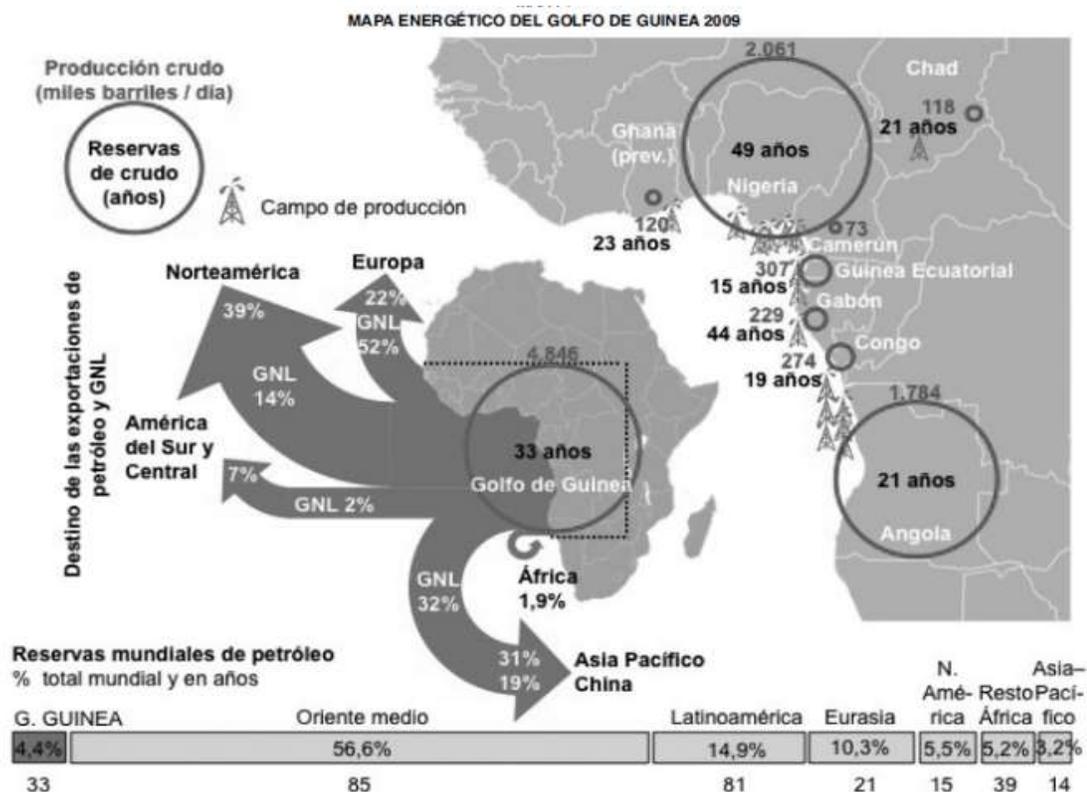


Tabela: Resolução CNPE nº 1, 24/06/2014

Fonte: Petrobras(2014)

#### Mapa 2 Mapa energético do Golfo da Guiné (2009)



Fonte: Gonzáles (2016)

## REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O Novo Banco de Desenvolvimento e a Institucionalização do BRICS. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. Cap. 3. p. 79-114.
- ADAM, Gabriel Pessin. A Rússia e os Países da Comunidade dos Estados Independentes no Início do século XXI. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). **Uma Longa Transição: vinte anos de transformação na Rússia**. Brasília: Ipea, 2011. Cap. 2. p. 39-79.
- AMIN, Samir. **Unequal Development: Na Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism**. Sussex: The Harvester Press, 1978.
- AMIN, Samir. **Capitalism in the age of globalization: the management of contemporary society**. 2. ed. Londres: Zed Books, 2014.
- AMIN, Samir. **La Crisis: Salir de la crisis del capitalismo o salir del capitalismo en crisis**. Espanha: El Viejo Topo, 2009. Tradução de Josep Sarret.
- ANDERSON, Perry. **A política Externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994, 408p.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank Data: GDP growth (annual %)**. 2017. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.KD.ZG&country=>>>. Acesso em: 07 jan. 2019.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. **A desordem mundial: O espectro da total dominação - Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BASRUR, Rajesh. Modi's foreign policy fundamentals: a trajectory unchanged. **International Affairs**, [s.l.], v. 93, n. 1, p.7-26, 1 jan. 2017. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ia/iiv006>.
- BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Os BRICS no FMI e no G20. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimentel. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2ed. Brasília: Funag, 2013. p. 463-472.
- BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. 350 p. (Coleção Relações internacionais).
- BAUMANN, Renato. Os BRICS e o G20 financeiro. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 293-308..

BAUMANN, Renato. Os BRICS: desafios para o Brasil. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio et al (Org.). **Política Externa em Debate: dimensões estratégicas de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: Ipea, Funag, 2018. Cap. 7. p. 167-189.

BRASIL. André de Mello e Souza. Ipea (Org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014d. 277 p.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **ACORDO SOBRE O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO**. 2014b. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/images/NDB%20portugues.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **Declarações, Planos de Ação e Acordos emitidos pelo BRICS**. 2018b. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/declaracoes-planos-de-acao-e-comunicados>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **I Cúpula dos BRICS: declaração conjuntura**. 2009. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/73-primeiro-declaracao>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **II Cúpula dos BRICS: declaração conjunta**. 2010. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/74-segunda-declaracao-conjunta>. Acesso em: 6 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **III Cúpula dos BRICS: Declaração e Plano de Ação de Sanya**. 2011. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta>. Acesso em: 07 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **IV Cúpula dos BRICS: Declaração e Plano de Ação de Nova Delhi**. 2012. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta>. Acesso em: 08 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **V Cúpula dos BRICS: Declaração e Plano de Ação de eThekweni**. 2013a. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt-br/categoria-portugues/20-documentos/75-terceira-declaracao-conjunta>. Acesso em: 9 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **Sixth BRICS Summit: Fortaleza Declaration**. 2014a. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/declaracaolideres/Sixth-BRICS-Summit.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **VII BRICS Summit: Ufa Declaration**. 2015. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/declaracaolideres/VII-BRICS-Summit.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **8TH BRICS SUMMIT: GOA DECLARATION**. 2016. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/declaracaolideres/8TH-BRICS-SUMMIT.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **Nona Cúpula do BRICS: Declaração de Xiamen.** 2017. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/documentos2017/Declarao-de-Xiamen.-Final.-Traduo.-.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. BRICS in Africa: Collaboration for Inclusive Growth and Shared Prosperity in the 4th Industrial Revolution: **10TH BRICS SUMMIT JOHANNESBURG DECLARATION.** 2018a. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19236-x-cupula-dos-brics-declaracao-de-joanesburgo-27-de-julho-de-2018-ingles>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Brics. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS.** 2014c. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/ACR%20portugues.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. João Brígido Bezerra Lima. Ipea (Ed.). **Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional: Levantamento 2014 - 2016.** Brasília: Ipea, Abc, 2018c. 324 p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Brasília: MRE, 2007. (1 semestre, ano 34, número 100).

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. (Org.). **Resenha de Política Exterior do Brasil.** Brasília: MRE, 2006. (2 semestre, ano 33, número 99).

BRASIL. Renato Baumann. Ipea e Abc (Ed.). **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010.** Brasília: Ipea, Abc, 2013b. 124 p. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/publicacoes>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: século XV-XVII – o tempo do mundo.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A longa duração. São Paulo: **Revista de História**, vol. XXX, nº. 62, 1965, p.261-294.

BRICS STATISTICS 2017 (Brics). **BRICS Joint Statistical Publication 2017.** Beijing: China Statistics Press, 2018. 273 p.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Major foreign policy challenges for the next US President. **International Affairs**, Oxford, v. 85, n. 1, p.53-60, 01 jan. 2009. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/85/1/53/2325997?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **El gran tablero mundial: La supremacia estadounidense y sus imperativos geoestrategicos.** Barcelona: Paidós Estado y Sociedad, 1998.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power.** New York: Basic Books, 2012. 255 p.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 46, n. 2, p.5-25, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292003000200001>.

CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLES REPUBLIC OF CHINA'. . **China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence**. 2019. Disponível em: <[https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/t18053.shtml](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18053.shtml)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CLEGG, Jenny. **China's Global Strategy: Towards a Multipolar World**. Londres: Pluto Press, 2009.

COZENDEY, Carlos Márcio. Visão ou Miragem?: Banco de Desenvolvimento e Arranjo de Reservas no Horizonte dos BRICS. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. Cap. 4. p. 115-138.

DAMICO, Flávio. Antecedentes do Acrônimo de Mercado à Concertação Político-Diplomática. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. Cap. 2. p. 55-78.

ESTADOS UNIDOS. Elena Safirova. U.S. Department Of The Interior. **2014 Minerals Yearbook: Russia**. Washington: US Geological Survey, 2017a. 24 p.

ESTADOS UNIDOS. Karine M. Renaud. U.S. Department Of The Interior. **2014 Minerals Yearbook: India**. Washington, 2017b. 29 p.

ESTADOS UNIDOS. Sean Xun. U.S. Department Of The Interior. **2014 Minerals Yearbook: China**. Washington: U.S. Geological Survey, 2017c. 31 p.

ESTADOS UNIDOS. Thomas R. Yager. U.S. Department Of The Interior. **2014 Minerals Yearbook: South Africa**. Washington: U.S. Geological Survey, 2017d. 30 p.

ESTADOS UNIDOS. US Energy Information Administration (EIA). . **Energy Source**. 2017f. Disponível em: <<https://www.eia.gov/beta/international/>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ESTADOS UNIDOS. Yandira Soto-viruet. U.s. Department Of The Interior. **2014 Minerals Yearbook: Brazil**. Washington: U.s. Geological Survey, 2017e. 16 p.

FEDERAÇÃO DA RÚSSIA. Livro Branco de Defesa. Ministério de Assuntos Exteriores da Federação da Rússia (Org.). **Concepção de Política Externa da Federação da Rússia**. 2232. ed. Moscou, 2016.

FIORI, José Luis. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. Em J.L. FIORI (org.), **O poder americano**. Petrópolis, Vozes, 2004

FIORI, José Luís. Sistema mundial, império e pauperização: para retomar o pensamento latino-americano. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Org.). **Polarização Mundial e Crescimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. **O Declínio do Poder Americano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FLÔRES JUNIOR, Renato F.. BRICS: Abordagens a um Processo Dinâmico. In: BAUMANN, Renato et al. **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília: Funag, 2015. Cap. 5. p. 139-153.

FONSECA JUNIOR, Gelson. BRICS: notas e questões. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimentel. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 21-46.

FONSECA JUNIOR, Gelson. **Apontamentos para o estudo da diplomacia multilateral do Brasil**: momentos fundadores e temas políticos nas nações unidas. 2014. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Texto para Discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –IPEA:Brasília, 2015, nº 2103.

GANGULY, Sumit; PARDESI, Manjeet S.. Explaining Sixty Years of India's Foreign Policy. **India Review**, Bloomington, v. 8, n. 1, p.4-19, 10 fev. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14736480802665162>.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. THE GULF OF GUINEA: THE FUTURE AFRICAN PERSIAN GULF? **Brazilian Journal Of African Studies**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.85-105, Não é um mês valido! 2016.

GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha (Ed.). **The BRICS in International Development**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016. (ISBN 978-1-137-55645-5).

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HOBDEN, Stephen; JONES, Richard Wyn. Marxist Theories of International Relations. In: Baylis, John; Smith, Steve; Owens, Patricia. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. Oxford, Oxford University Press: 2017.

HOBSBAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JAGUARIBE, Hélio et al. **Brasil, Sociedade Democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985. (Coleção Documentos Brasileiros). Dirigida por Afonso de Melo Arinos.

KISSINGER, Herry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KORNEGAY, Francis. South Africa, The Indian Ocean and the IBSA-BRICS equation: Reflections on Geopolitical and Strategic Dimensions. New Delhi: Observer Research Foundation, 2011.

KORNEGAY, Francis; DADA, Jabulani (Org.). **A África do Sul e o IBAS: Desafios da Segurança Humana**. Porto Alegre: Ufrgs, 2007.

KORYBKO, Adrew. **Guerras Híbridas**: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime. 2015. 137 f. Tese (Doutorado) - Curso de Strategic Studies And Predictions, University Of Russia, Moscou, 2015.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (orgs.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**: quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realizados em Londres em 1965. São Paulo: Ed. da USP, 1979.

LARINOVA, Marina; RAKHMANGULOV, Mark; BERENSON, Marc P.. Russia: A Re-emerging Donor. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha (Ed.). **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016. Cap. 3. p. 63-92.

LAZAROU, Elena (Org.). **Multilateralismo nas Relações Internacionais: visões cruzada**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 152 p.

LECHINI, Gladys. Reflexiones en torno a la Cooperación Sur-Sur. In: MORASSO, Carla; DOVAL, Gisela Pereyra (Comp.). **Argentina y Brasil: Proyecciones Internacionnal, Cooperación Sur-Sur e Integración**. Rosario: Unr Editora, 2012. Cap. 1. p. 13-26.

LEITE, Patricia Sores. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de Política Externa: os Governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Funag, 2011.

LUKANOV, Fyodor. Comentários russos sobre o BRICS: expectativa ou realidade?. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimentel. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 533-562.

LUKIN, Alexander. Russia in a Post-Bipolar World. **Survival**, [s.l.], v. 58, n. 1, p.91-112, 2 jan. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00396338.2016.1142141>.

LUKYANOV, Fyodor. Comentários russos sobre o BRICS: expectativas ou realidade?. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimentel. (Org.). **O Brasil, os brics e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 533-562.

MERICCS - Mercator Institute For China Studies. **Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand**. 2018. Disponível em: <<https://www.merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

N'KRUMAH, Kwane. Neocolonialismo, último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. **List of All Projects**. 2018. Disponível em: <<https://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: países intermediários e o caso IBAS. In: LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica (Orgs.). **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

O'NEILL, Jim (Goldman Sachs). **Building Better Global Economic BRICs**. 66. ed. New York: Gs Global Economics Website, 2001. 16 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PECEQUILO, Cristina. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 203 p.

PELFINI, Alejandro; FULQUET, Gastón (Org.). **Los BRICS en la construcción de la multipolaridad: ¿reforma o adaptación?**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Flacso, 2015. (Grupos de trabajo de CLACSO).

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Índia: do Não Alinhamento à condição de Potência Emergente. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, v. 48, n. 2, p.29-50, 2010. Semestral. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A emergência da Periferia no Sistema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p.119-138, 2015.

PETROBRAS (Brasil). **Volumes excedentes do pré-sal: 10 a 15 bilhões de barris**. 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/volumes-excedentes-do-pre-sal-10-a-15-bilhoes-de-barris.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PIMENTEL, Fernando. O BRICS e a construção de uma Nova Arquitetura Financeira Internacional. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimente. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 473-494.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, André de Mello e (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. Cap. 3. p. 57-88.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A Economia Política dos Estados Unidos e da China pós crise de 2008: interdependência econômica e Relações Internacionais. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 67, p.11-37, maio 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230>.

RÚSSIA. MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTERIORES DA FEDERAÇÃO RUSSA. **Concepción de la política exterior de la Federación de Rusia (aprobada por el presidente ruso, Vladimir Putin, el 30 de noviembre de 2016)**. Moscou: MID, 2016. Disponível em: [http://www.mid.ru/es/foreign\\_policy/official\\_documents/-/asset\\_publisher/CptICKB6BZ29/content/id/2542248/pop\\_up?\\_101\\_INSTANCE\\_CptICKB...](http://www.mid.ru/es/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICKB6BZ29/content/id/2542248/pop_up?_101_INSTANCE_CptICKB...) Acesso em: 18 jan. 2019.

SAHNI, Varun. Perspectiva indiana sobre o BRICS: entusiasta, evasiva e ainda em construção. In: BRASIL. José Vicente de Sá Pimentel. Ministério das Relações Exteriores (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 563-604.

SCHERER, André Luís Forti. A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio et al (Org.). **Política externa brasileira em debate: dimensões estratégicas de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: Ipea, Funag, 2018. Cap. 15. p. 387-404.

SENNES, Ricardo. Nem restauradores, nem reformadores: o engajamento internacional minimalista e seletivo dos BRICS. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília: Funag, 2013. p. 309-332.

SHARMA, Ruchir. Broken BRICs: Why the Rest Stopped Rising. **Foreign Affairs**. Estados Unidos, dez. 2012. p. 1-4. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2012-10-22/broken-brics>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SHUBIN, Vladimir. South Africa in the BRICS: last but not least. **International Organizations Research Journal**, Moscou, v. 10, n. 2, p.171-183, 2015.

SHUBIN, Vladimir. South Africa: Political Life Today. **Brazilian Journal Of African Studies**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.10-27, jul. 2016.

SILVA, Igor Castellano da. **A política externa na África Austral: Guerra, Construção do Estado e Ordem Regional**. Porto Alegre: Cebráfrica - Ufrgs, 2017.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. IN: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1985

SOUZA, André de Mello e (Org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2014. 277 p.

SUYAMA, Bianca; WAISBICH, Laura Trajber; LEITE, Iara Costa. Brazil as a Development Partner Under Lula and Rousseff: Shifts and Continuities. In: GU, Jing; SHANKLAND, Alex; CHENOY, Anuradha (Ed.). **The BRICS in International Development**. London: Palgrave Macmillan, 2016. Cap. 2. p. 25-62.

TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria Conceição; FIORI, José Luís (Org.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

TCHUIGOUA, Bernard Founou. The future of aid in North-South relations. In: ABBAS, Hakima; NIYIRAGIRA, Yves (Ed.). **Aid to Africa: Redeemer or Coloniser?**. Cape Town, Dakar, Nairobi e Oxford: Pambazuka Press, 2009. Cap. 2. p. 13-25.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império: A decomposição do sistema americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

TORRES, E. (2014). “A Crise do Sistema Financeiro Globalizado Contemporâneo”, **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 3 (136), pp. 433-450, julho-setembro

VIEIRA, Máira Baé. A emergência da Índia como potência: ruptura ou continuidade?. In: VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **BRICS: As potências emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. Cap. 3. p. 77-121.

VISENTINI, Paulo Fagundes et al. **BRICS: As Potências Emergentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Século XXI: Impasses e conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017a.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África e as Potências Emergentes: Nova Partilha ou Cooperação Sul-Sul?**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os paradoxos da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017b.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich (Org.). **África do Sul: História, Estados e Sociedade**. Brasília: Funag/cesul, 2010. (A258).

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 315p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I**. New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence K. (orgs). **World-Systems Analysis: Theory and Methodology**. London: SAGE Publications, 1982, v.1.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. London: Cambridge University Press, 2007.